



**Curso de Especialização: Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio-  
Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira**  
**Universidade Estadual de Mato Grosso & Universidade da Flórida**

**JULIANA DE ALMEIDA**

## **TERRA DE FLECHAS E SENTIDOS**

Um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido

**Cotriguaçu – MT**

**Julho de 2012**



Curso de Especialização: Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio-  
Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira  
Universidade Estadual de Mato Grosso & Universidade da Flórida

**JULIANA DE ALMEIDA**

## **TERRA DE FLECHAS E SENTIDOS**

Um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Alta Floresta como parte integrante do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileiras, para a obtenção do grau de Especialista.

**Orientadora:** Rosane Duarte Rosa Seluchinesk

Cotriguaçu – MT

Julho de 2012

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

## **Terra de Flechas e Sentidos**

Um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Alta Floresta como parte integrante do Curso de Especialização *Latu Senso* em Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileiras, para a obtenção do grau de Especialista.

Aprovado no dia     de     de 2012, por:

### BANCA EXAMINADORA

---

Presidente: Prof. título e nome  
(Instituição e departamento a que pertence)

---

Titular 1: Prof. título e nome  
(Instituição e departamento a que pertence)

---

Titular 2: Prof. título e nome  
(Instituição e departamento a que pertence)

*“Não é a terra que nos pertence, somos nós que pertencemos a terra”.*

*Juarez Paimy*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Rikbaktsa, pela receptibilidade e disponibilidade em nos atender, em dialogar; em parar o seu dia-a-dia para nos contar um pouco da sua história. Em especial, agradeço: Professor Juarez Paimy, sua esposa Claudete e filhas, seus sogros Rafael e Gertrudes e demais moradores da Aldeia Curva. Agradeço também ao Jaime, presidente da Associação Indígena do Povo Rikbaktsa – ASIRIK e Dona Domingas, presidente da Associação das Mulheres Rikbaktsa – AIMURIK. Agradeço a Manihã e Humberto e sua filhinha Letícia. Agradeço ainda ao pessoal da Aldeia Babaçu, Cacique Dokta, homem calmo, de caráter firme; sua esposa Marcia, cuja delicadeza não consegue ocultar seu tino de mulher guerreira; suas filhas, em especial Adriana, uma garota admiravelmente forte. Ainda, ao seu Inácio, de uma alegria contagiante, seus filhos e netos. Agradeço ao Professor Raimundo, cuja gratidão expressa em lágrimas nos reforça a ideia de que uma pesquisa, para além do que ela pode prestar à ciência, tem um caráter de transformação pessoal, que muitas vezes fica segundo em plano dentro da objetividade acadêmica.

Agradeço aos amigos do Grupo Pesquisador, Adriano Castorino, Ruth Silveira Albernaz, Rosane Duarte Rosa Seluchinsk e Simone Ferreira de Athayde; companheiros durante estes dois anos, junto aos quais pude refletir além das teorias científicas e extrapolar para uma vivência que alimentou nossas almas.

Agradeço ao Professor Rinaldo Arruda pela sua colaboração à este trabalho, especialmente pela sua disponibilidade em discutir comigo, mesmo que em momentos muito fulgazes, a realidade dos Rikbaktsa e os rumos da pesquisa em curso.

Agradeço aos demais companheiros, coordenadores e alunos do Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira.

Agradeço à equipe da Coordenação Regional da FUNAI de Juina, em especial os servidores Adegildo, Cavalcante e Alan, sempre solícitos em nos apoiar no processo de contato e solicitação de pesquisa.

Agradeço à Operação Amazônia Nativa, OPAN; que disponibilizou seu arquivo para pesquisa e me liberou dos compromissos profissionais durante as etapas presenciais do curso.

Agradeço o Fausto Martins Campoli, que dividiu comigo histórias do seu percurso junto aos Rikbaktsa, durante os oito anos em que ele viveu na Aldeia Primavera, atuando como indigenista na formação de professores indígenas.

Agradeço ainda os colegas da OPAN, especialmente Miguel Aparício Suarez e Ivo Schroeder, com quem compartilhei os primeiros momentos de imersão no universo Rikbaktsa, em 2009.

Agradeço, por fim, ao Fundo de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT e que financiou as visitas do grupo pesquisador aos municípios de Juina-MT e Cotriguaçu-MT, momentos em que nos encontramos com representantes Rikbaktsa.

## **RESUMO**

Os Rikbaktsa, ocupantes imemoriais do Vale do Rio Juruena, enfrentaram nos últimos 50 anos o desafio de reinventar a sua própria existência mediante um contexto de conflitos, epidemias e deslocamento geográfico forçado, que resultou em decréscimo populacional e perdas territoriais. A chegada das frentes colonizadoras ao médio e baixo curso do Vale do rio Juruena e a “pacificação” realizada pela Missão Jesuíta, forçaram um processo de territorialização que, após circunstâncias de alteração acelerada da paisagem regional, culminou na delimitação de três terras indígenas reservadas para a ocupação por este povo. Longe de alcançar a amplitude geográfica do território de ocupação tradicional, as três áreas resguardaram apenas uma parcela deste. Neste artigo, o contexto de reconfiguração do território Rikbaktsa é discutido, destacando-se o processo de regularização de uma das três terras indígenas demarcadas, a saber, a Terra Indígena Escondido; analisando os fatores que determinaram do ponto de vista dos indígenas, estratégias e prioridades estabelecidas no processo de reivindicação da demarcação. Da análise da re-existência Rikbaktsa conclui-se que a articulação entre os jovens transferidos para o internato religioso - que passam a retornar para o território Rikbaktsa a partir de um processo de reorientação da atuação missionária - e os adultos e idosos transferidos para os postos de atendimento da missão jesuíta, bem como a articulação dos conhecimentos tradicionais aos novos conhecimentos; foi elemento central dentro da dinâmica de reivindicação pelo reconhecimento jurídico de parte do território imemorial como terra indígena.

**Palavras-chave:** Rikbaktsa. Território. Territorialização.



## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 01** - Dinâmica demográfica Rikbaktsa .....p.30
- Figura 02** - Carta enviada pelos Rikbaktsa à população de Cotriguaçu-MT.....p.56

## **LISTA DE SIGLAS**

CONOMALI - Companhia Colonizadora Noroeste Mato-Grossense

COTRIGUAÇU - Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã Ltda.

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FAPEMAT – Fundo de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso

GT – Grupo de Trabalho

MIA – Missão Anchieta

MT – Mato Grosso

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

SIL - Summer Institute of Linguistics

SUDAM: Superintendência da Amazônia

TI – Terra Indígena

UF – Universidade da Flórida



UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

## SUMÁRIO

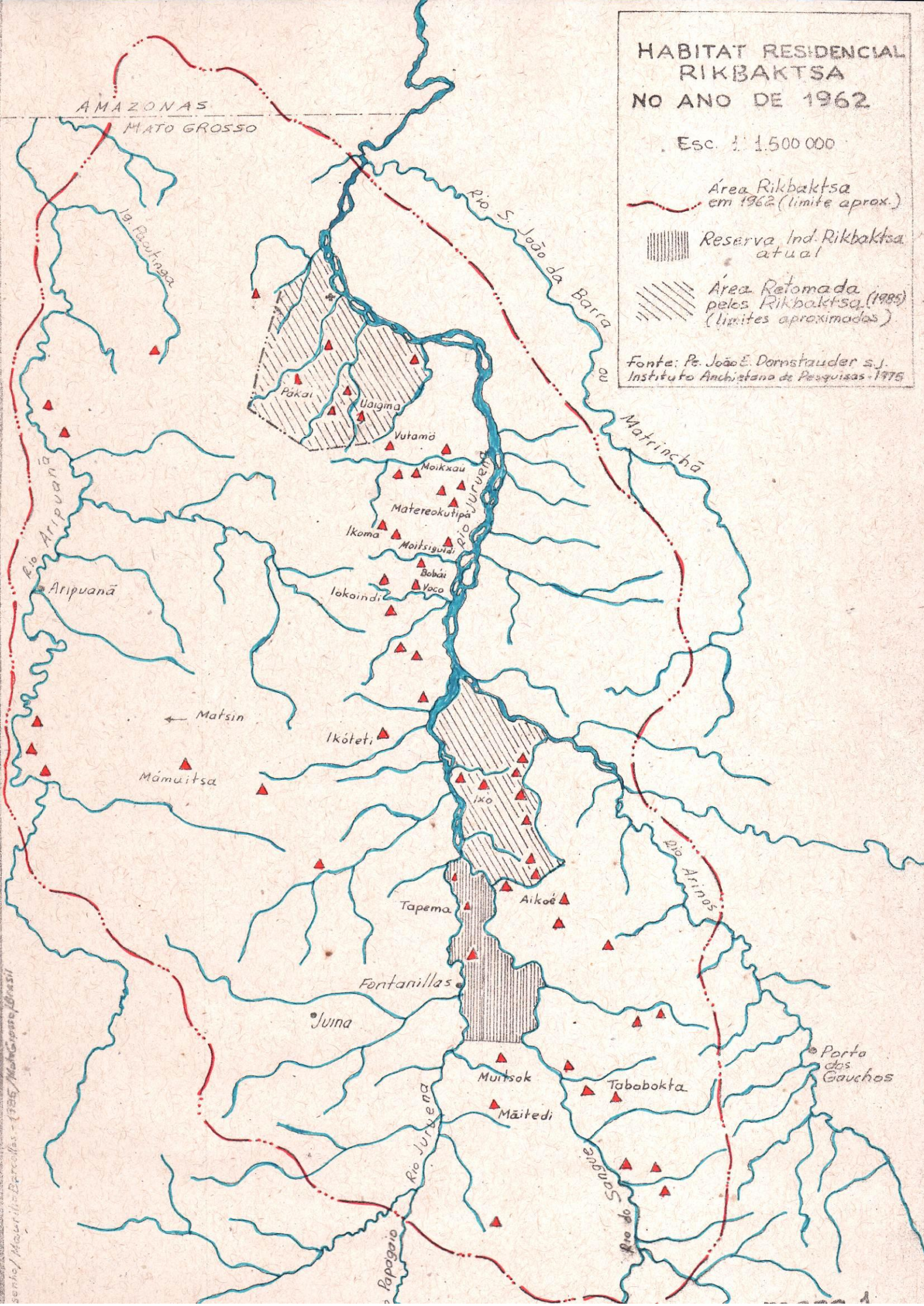
AGRADECIMENTOS .....	6
RESUMO.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE SIGLAS .....	10
INTRODUÇÃO .....	13
À espera dos Rikbaktsa .....	15
Os Rikbaktsa.....	19
Procedimentos Metodológicos .....	20
Contexto da Pesquisa: primeiros passos do grupo pesquisador .....	24
CAPÍTULO I - INFRAÇÃO CIVILIZADA: PACIFICAR ERA SOLUÇÃO (?) .....	31
CAPÍTULO II - DIÁSPORA FORÇADA.....	36
CAPÍTULO III – RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	53
ANEXOS .....	56
Materiais produzidos pelo grupo pesquisador durante o curso de especialização .....	57
Banner exposto em Cotriguaçu-MT, em julho de 2012, durante o quarto módulo da especialização; apresentando os dados da monografia.....	58

# HABITAT RESIDENCIAL RIKBAK TSA NO ANO DE 1962

Esc. 1:1.500.000

-  Área Rikbaktsa em 1962 (limite aprox.)
-  Reserva Ind. Rikbaktsa atual
-  Área Retomada pelos Rikbaktsa (1985) (limites aproximados)

Fonte: Pe. João E. Dornstauder S.J.  
Instituto Anchietano de Pesquisas - 1975



senho/ Mantilha Barcelos - 1985/Mato Grosso, Brasil

## INTRODUÇÃO

Esta monografia reúne análises desenvolvidas ao longo dos dois anos de duração do Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira, sendo meu trabalho de conclusão. *Terra de Flechas e sentidos: Um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido* representa uma polifonia, no sentido em que todas as discussões aqui contidas, são desdobramentos dos exercícios desenvolvidos por um grupo de cinco pessoas (como descrevo mais adiante), que, dentro do curso, dedicaram-se a olhar para o povo Rikbaktsa, através do projeto *Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa*.

O curso tinha o objetivo de fortalecer a participação local nos processos de planejamento e constituição das políticas públicas nas regiões de fronteira da Amazônia Brasileira. Para tal, sua proposta era de combinar teorias dos sistemas sócio-ecológicos complexos; da aprendizagem social, da gestão colaborativa e da pesquisa-ação. Com duração de dois anos, e dividido em quatro Módulos presenciais, o curso conta com participantes de diferentes áreas de conhecimento (Humanas e Ambientais), residentes do município de Cotriguaçu-MT, representantes de entidades governamentais e não-governamentais e pesquisadores, grande parte destes, atuantes na região amazônica. A partir dessa diversidade de olhares, busca-se através dessa diversidade de olhares, promover a troca de experiências e saberes para o fortalecimento dos processos de aprendizagem, intencionando ainda a replicação desses métodos e conteúdos nas ações práticas que os participantes desenvolvem na região.

O curso de especialização dialoga com o Projeto Desenvolvimento de um Modelo de Gestão Socioambiental *Colaborativa em um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado do Mato Grosso*, apoiado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT, que busca o aprofundamento teórico e o estabelecimento de pesquisas interdisciplinares como subsídio ao acompanhamento da implementação de programas de pagamento por serviços ambientais na região amazônica, tendo em vista a participação de diferentes atores sociais, o entendimento da dinâmica de formas de uso do solo e a orientação de processos de tomada de decisão ligados à questão.

A proposta do curso era compreender o processo de gestão dos recursos naturais com base em análises interdisciplinares através da abordagem da teoria dos sistemas

sócio-ecológicos complexos (Berkes e Folke, 2006), ciclo adaptativo e resiliência (Holling, 1973), e teoria da Complexidade de Edgar Morin (2001); de forma associada ao método da aprendizagem experiencial, da pesquisa-ação e da pedagogia da Consciência Crítica (Freire, 1999). Esta perspectiva busca o desenvolvimento de análises que extrapolem o conhecimento acerca de elementos de sistemas, propondo, em seu lugar, o entendimento da interação destes elementos, incorporando o conceito de panarquia para análise das interações de sistemas em diferentes escalas do ciclo adaptativo e trazendo o conceito de resiliência como forma de apreender a dinâmica não-linear, característica dos sistemas, mediante processos de mudança. O desenvolvimento de uma pesquisa guiada por este referencial teórico-metodológico era uma condição estabelecida na proposta do curso.

Dentro de sua estratégia, optou-se por estabelecer o município de Cotriguaçu, localizado no noroeste do estado de Mato Grosso, como foco das análises a serem desenvolvidas pelos cursistas. A escolha de Cotriguaçu se deu ao fato deste município representar um mosaico de formas de uso e ocupação da terra, dentro do qual coexistem indígenas, agricultores familiares, fazendeiros, madeireiros e ambientalistas, e que expressa a variedade de formas de ocupação da Amazônia Brasileira.

Outra opção metodológica do curso foi a de dividir os cursistas em grupos de análise “setoriais”, entendidos como representativos do mosaico socioambiental deste município. Esta divisão abarcou os seguintes setores: Agricultura familiar, Grandes e Médios proprietários (com foco na pecuária e indústria de base florestal); Ribeirinhos<sup>1</sup> e Indígenas. A análise voltada à população indígena – dentro da qual este estudo se insere - teve como foco os Rikbaktsa e a TI Escondido, território de 168.938 hectares, localizado na porção noroeste de Cotriguaçu.

O grupo dedicado à análise do povo Rikbaktsa e seu território foi composto por mim, pelo professor da Universidade Federal de Tocantins, Adriano Castorino; pela bióloga Ruth Silveira Albernaz, doutoranda do Programa Bionorte; sob a orientação das Professoras Rosane Duarte Rosa Seluchinsk (Universidade Estadual de Mato Grosso) e Simone Ferreira de Athayde (Universidade da Flórida); e por fim, sob a colaboração do professor Rinaldo Arruda (Universidade Pontifícia Católica de São Paulo). Contamos também com o apoio e colaboração do professor Juarez Paimy, Rikbaktsa morador da Aldeia Curva, localizada na Terra Indígena Rikbaktsa, município de Brasnorte-MT.

---

<sup>1</sup> Neste caso em específico a análise não esteve voltada para o município de Cotriguaçu.

Além da divisão setorial proposta dentro do curso de especialização, dentro do nosso grupo de pesquisa optou-se também por determinar pontos de análise específicos para cada membro. Com o desafio de não cair na fragmentação da análise, ao longo de todo o percurso do curso mantivemos a prática de elaboração conjunta dos exercícios propostos. Dentro do projeto *Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa*, determinou-se a delimitação de três focos de análise que orientam as monografias, a saber: (a) O histórico de demarcação da TI Escondido, desenvolvido no presente trabalho – intitulado *Terra de flechas e sentidos -*, (b) O uso da biodiversidade pelos Rikbaktsa sobre os recursos da TI Escondido, desenvolvido por Ruth Silveira Albernaz e intitulado *Como os Rikbaktsa utilizam a biodiversidade da Terra Indígena Escondido?*; (c) Análise do processo de estabelecimento de vínculo do nosso grupo com os Rikbaktsa, desenvolvido por Adriano Castorino, com o título *As pedras também são palavras: vivências e encontros com os Rikbaktsa*.

Ao leitor que apreciar os três trabalhos será possível apreender as sinergias e caminhos comuns, estes, fruto da construção coletiva que representa a presente análise.

### **À espera dos Rikbaktsa**

Na década de 1980, a atriz e performance Julia Pascali viajou até o Distrito de Fontanillas para encontrar os Rikbaktsa. Parafraseando o título do relato publicado por ela, em 2009, no site Via Política, retomamos esta passagem que exemplifica muito bem o que significa estar às margens do Juruena, *à espera dos Rikbaktsa*:

Havia conhecido alguns índios Rikbaktsa em um encontro indígena, em Rondonópolis, e eles me convidaram para ir à aldeia. Meses depois, fui para a cidade mais próxima, Fontanilhas, um pequeno povoado às margens do rio Juruena. Ali os índios passavam todos os dias, vinham de canoa ou voadeira, para se abastecerem de alguns mantimentos, ou buscar pessoas que iam visitar a aldeia, como eu. Cheguei, mandei mensagem que estava por lá e um dos índios foi me encontrar. Ele disse que eu esperasse até conversar com as outras pessoas da aldeia para ver se eu poderia entrar.

Aguardei. Os dias se passavam e eu via, todas as horas, os índios passarem de barco pra cima e pra baixo. A cidade estava no meio da comunicação entre duas aldeias Rikbaktsa, em pontos diferentes do rio Juruena. E ali eu fui ficando, a cada dia vinha alguém e falava: “Ah, ainda não tivemos a resposta. Ainda não.” E eu percebia que ainda não havia um acordo para que eu pudesse entrar. Ao mesmo tempo, isso coincidiu com um período de doença na aldeia e eles precisavam dos

técnicos de saúde, os quais eram buscados na mesma margem em que eu me encontrava.

Então eu fui ficando, ficando, ficando, até que um dia um dos índios veio e me falou, mais ou menos assim: “Nós não conseguimos, até agora, um acordo dentro da aldeia para sua entrada. Então nós vamos aguardar um tempinho, talvez uns dois, três, seis meses por essas pessoas. Nós não encontramos todos os índios e também não conseguimos que os que estavam juntos concordassem. Então, nós vamos aguardar mais um tempo até que a gente vá conversando. Daqui uns dois, três meses, ou até uns quatro, cinco meses você nos procura, aí talvez eu já tenha uma resposta”.

E me retirei.

A princípio, achei que a experiência tivesse sido frustrada, afinal, eu não havia entrado na aldeia. Aos poucos, refleti sobre todos os ensinamentos que recebi a partir da estada em Fontanilhas, o contato com o rio Juruena, com os índios que subiam e desciam o rio, o encontro com as crianças do lugar, e compreendi a espera como um turning point, uma virada: nada havia sido frustrado. O universo me presenteara com a simplicidade de acatar as expressões suaves e quase anônimas que reúnem vida e arte. ([http://www.viapolitica.com.br/outro\\_olhar\\_ed\\_140.php](http://www.viapolitica.com.br/outro_olhar_ed_140.php), acessado em 05 de setembro de 2012).

Desde o início de nossa aproximação com os Rikbaktsa, avaliamos que a utilização dos métodos da pesquisa-ação e da aprendizagem experiencial eram possibilidades mais concretas de articulação do nosso grupo com este povo. Do mesmo modo considerávamos menos real a possibilidade de interagir com o intuito de definir um “sistema Rikbaktsa” - bem como a resiliência deste sistema -, que também eram exercícios propostos. Isso porque o tempo e o modo de aproximação com os Rikbaktsa, desde o início, foram entendidos como peças fundamentais para o desenvolvimento desta proposta. Considerávamos que os dois anos de duração do curso de especialização talvez não fossem suficientes para desenvolver uma análise mais aprofundada e efetivamente participativa.

Além do desafio de em tão pouco tempo tentar estabelecer um laço de confiança com os Rikbaktsa, condição necessária para o desenvolvimento de um trabalho pretensamente participativo, tínhamos a tarefa de apreender o referencial metodológico do curso e utilizá-lo como instrumental para nossa análise. É importante salientar este ponto mediante as limitações que o nosso grupo de pesquisa enfrentou, quando do desenvolvimento de exercícios propostos como ferramentas durante o curso.

Estas eram as condições reais que se impunham sobre a nossa proposta. Nesse sentido, optou-se também por desenvolver um olhar que extrapolasse a questão da



colaboração na interação grupo de pesquisa-Rikbaktsa, mas que estivesse atenta também à nossa própria dinâmica interna de grupo.

Previendo algumas das limitações do processo de aproximação com os Rikbaktsa (necessidade de autorização prévia dos Rikbaktsa e da FUNAI, relacionamento com os Rikbaktsa no seu conjunto, e não apenas com os moradores da TI Escondido; e necessidade de recursos financeiros para o deslocamento do grupo de pesquisa), condizentes com as condições de participação efetiva, entendimento dos Rikbaktsa acerca da proposta de pesquisa, afinidades entre esta e os interesses e estratégias Rikbaktsa; sempre foi ressaltado o caráter preliminar da presente investigação. A proposta do grupo de pesquisa foi sempre a de estabelecer vínculos sem a preocupação de, necessariamente, ter que levantar dados. O processo em curso deveria ter um sentido para nosso grupo de pesquisa e também para os Rikbaktsa, mas este sentido não poderia ser definido por nós, *a priori*. Era necessário estar com eles, conviver, abrir-se para a incerteza.

Ao final destes dois anos foi possível desenvolver um trabalho baseado nas falas de representantes Rikbaktsa durante os poucos encontros que tivemos com eles, acrescido de informações de pesquisa bibliográfica e documental.

A presente monografia aborda o processo de territorialização Rikbaktsa, engendrado a partir do contexto de intensificação do contato com a sociedade brasileira, referente à nova dinâmica territorial caracterizada pela definição, operada por dispositivos legais do estado, de limite de ocupação e utilização de recursos por parte dos Rikbaktsa em relação à área que ocupam imemorialmente.

Durante o terceiro ciclo da borracha, o Vale do rio Juruena, localizado no noroeste de Mato Grosso, passou a ser tomado sistematicamente por seringalistas subvencionados pelo programa governamental do Estado Novo, chamado de “Marcha para o Oeste”. Junto aos seringais, também empresas colonizadoras passaram a se instalar na região e incentivar a vinda de migrantes do sul e sudeste do país para estas áreas. Imediatamente se instalou uma situação de conflito entre índios e seringueiros que levou a então Prelazia de Diamantino a indicar o Pe. João Dornstauder para tentar realizar a “pacificação” dos Rikbaktsa, o que ocorreu a partir dos anos 1950.

Em meio a este contexto, os Rikbaktsa tiveram por volta de 75% da sua população dizimada por conflitos ou por doenças, e perderam grande parte de seu território. Ainda, inúmeras crianças (consideradas órfãs) foram levadas para um

internato religioso chamado Utiariti, onde eram reprimidas as suas particularidades culturais (ARRUDA, 1999).

Em meio a este contexto se opera a reconfiguração do território Rikbaktsa, deflagrado no processo de demarcação de três terras indígenas; que acompanha a reorganização do próprio ethos Rikbaktsa:

No espaço sócio-cultural ampliado constituído pela situação de contato, essas sociedades reconstruem sua auto-imagem como sujeito coletivo definido por suas tradições, que, entretanto, se reinterpretem no campo político da formação da identidade étnica, acompanhando e orientando os processos de reordenação social alí desencadeados. (ARRUDA, 1992, p.265).

Hoje os Rikbaktsa vivem nestas três terras indígenas, que correspondem apenas a uma pequena parcela do que é seu território de ocupação imemorial. Dentro de um novo contexto no qual o limite territorial deixa de ser definido pelo contato intertribal, para ser definido fisicamente através das placas da FUNAI, eles assumiram o processo de educação escolar em suas aldeias e interação com inúmeros parceiros através de suas Associações, a ASIRIK – Associação Indígena Rikbaktsa - e a AIMURIK – Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa. No entanto vivem o paradoxo do modelo estatal de autodeterminação, ao passo que existem contradições expressas na dinâmica entre iniciativas de busca de valores como a autonomia (que os distanciaria de visões estereotipadas como a de “selvagens” e “incivilizados) e a manutenção daqueles que confirmam sua identidade. (ARRUDA, 1999).

Em linhas gerais, a monografia se organiza da seguinte maneira:

No *Capítulo I – Infração Civilizada*; são apresentadas as informações sobre a chegada das frentes colonizadoras ao Vale do rio Juruena, o processo de “pacificação” dos indígenas empreendido pela missão católica jesuíta e o impacto de decréscimo populacional que assolou os Rikbaktsa a partir deste contexto;

O *Capítulo II - Diáspora Forçada*; trata do contexto de perda territorial Rikbaktsa, em meio ao processo de deslocamento induzido da população sobrevivente para os postos da missão;

Por fim, o *Capítulo III – Resistência e Re-existência*; aborda o processo de territorialização Rikbaktsa engendrado a partir do desejo deste povo em retornar aos antigos locais de habitação, dos quais eles foram compelidos a sair durante as décadas de 1960 e 1970.

## **Os Rikbaktsa**

Os Rikbaktsa, conhecidos regionalmente como Canoeiros, são um povo de tronco linguístico Macro-Jê e ocupam três terras indígenas não contíguas (Terra Indígena Rikbaktsa – localizada no município de Brasnorte -, Terra Indígena Japuira – localizada no município de Juara - e Terra Indígena Escondido – localizada no município de Cotriguaçu), ambas pertencentes à bacia do Rio Juruena, noroeste do estado de Mato Grosso. Juntas, as três áreas somam 401,382 hectares. Cabe ressaltar que as TI Rikbaktsa e Japuira são contíguas, enquanto a TI Escondido, localizada mais ao norte do território, está isolada geograficamente em relação às demais TI.

O idioma falado pelos Rikbaktsa é classificado como uma língua isolada do tronco Macro-Jê. Desde os primeiros estudos sobre este aspecto, existem divergências sobre essa categorização, tendo em vista algumas incompatibilidades da língua rikbaktsa em relação aos padrões do tronco linguístico ao qual sua língua foi associada. Outra questão marcante diz respeito ao fato de os Rikbaktsa ocuparem o núcleo de uma região fortemente marcada pela presença de povos Tupi. Por estes aspectos, ainda a classificação da língua Rikbaktsa como Macro-Jê é ponto sob análise e debate.

Os Rikbaktsa se dividem em duas metades exogâmicas e agnáticas (arara amarela e arara cabeçuda), segmentadas por divisões clânicas internas (sete em cada metade) patrilineares. A regra é de casamento de primos cruzados bilaterais e o padrão de residência uroxilocal. ARRUDA (2003) descreve que:

Seu ciclo de subsistência acompanha os ritmos naturais. Ao longo do ano desenvolvem inúmeras atividades ligadas à agricultura, caça, pesca e coleta. Todas elas acompanhadas de rituais, através dos quais se organizam e se preparam para as tarefas procurando estabelecer a sintonia com os ritmos cósmicos de seu universo. Para eles, a música, as canções e os enfeites plumários têm uma importância fundamental, expressando de forma sensível seu universo social e mítico, suas formas de sensibilidade afetiva, estética e religiosa (ARRUDA, 2003, p. 99).

Atualmente, a população Rikbaktsa é de aproximadamente 1300 pessoas. Tradicionalmente eles vivem na região do médio-baixo Vale do Rio Juruena, com um território que se estendia da barra do rio Papagaio até as imediações do Salto Augusto; segundo informações de Docta, expoente da aldeia Jatobá (TI Escondido). Os Rikbaktsa habitavam ainda a região localizada entre os rios Juruena e Aripuanã, local de onde foram expulsos em decorrência de conflitos com os Cinta-Larga (ARRUDA, 1992).

Neste ponto entende-se a noção de território tradicional de acordo com o conceito desenvolvido por Little (2002):

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (p. 04).

Ao longo dos últimos trinta anos os Rikbaktsa foram envolvidos em inúmeros esforços de desenvolvimento da região através de programas governamentais, tais como Prodeagro, PGAI-PPG-7, PNUD, etc; em sua maioria, impulsionando ações de gestão territorial ou incentivando a viabilização de cadeias produtivas a partir do manejo de produtos florestais não madeireiros.

Ao se referir aos Rikbaktsa, moradores da região noroeste apontam para o fato destes serem reconhecidos como um grupo indígena que não se envolve em negociações relacionadas à extração ilegal de madeira ou garimpo em suas terras indígenas. Recentemente a TI Escondido ganhou destaque com a escolha do município de Cotriguaçu para implantação de um Piloto de REDD no noroeste de Mato Grosso, através de uma estratégia multisetorial que envolve indígenas, assentados e grandes proprietários.

A demarcação da TI Escondido proporcionou aos Rikbaktsa a reocupação de parte do seu território tradicional, do qual eles foram sistematicamente deslocados por influências de missionários jesuítas que, nas décadas de 1950 a 1970, visavam apaziguar as relações entre índios e frentes de extração de seringa que passaram a ocupar a região a partir de então.

## **Procedimentos Metodológicos**

As três pesquisas elaboradas a partir do projeto *Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa* inserem-se na proposta do Curso de Especialização em Gestão colaborativa de Sistemas sócio-ecológicos-complexos na Amazônia brasileira, que tenta compreender o contexto sócio-cultural e econômico desta região por meio da

abordagem teórica de sistemas sócio-ecológicos. As pesquisas desenvolvidas do âmbito da especialização, formam um todo, através da associação dos diferentes subsistemas em interação, que dialoga com conceitos de *Panarquia*, *Ciclo adaptativo* e *Resiliência* (GUNDERSON & HOLLING, 2002) para descrever a dinâmica e a natureza interativa dos sistemas sócio-ecológicos complexos (BUSCHBACHER et al., no prelo).

Tendo em vista que estávamos desenvolvendo um trabalho com um povo indígena, o grupo pesquisador sugeriu o diálogo das teorias do curso com teorias da antropologia. Em linhas gerais as teorias antropológicas utilizadas abordam: diálogo sobre os limites e possibilidades de interpretação de um sistema através da etnografia (GEERTZ-1989), relação entre diversidade cultural e fundiária, sob a ótica da territorialidade (LITTLE, 2002), relação entre estrutura e história na transformação das culturas (SAHLINS-1997) e olhar dos povos da Amazônia para essa região, pela ótica do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Todos os cursistas deveriam desenvolver seus trabalhos utilizando este referencial teórico de forma associada à metodologia de pesquisa-ação e aprendizagem experiencial (Freire, 1985/1987/1998), objetivando “realizar uma avaliação participativa da resiliência de sistemas sócio-ecológicos na Amazônia brasileira, como subsídio ao planejamento e gestão socioambiental” (Tabela 1. Roteiro para projetos de aplicação - Versão 1.1, 04/11/2010).

**Tabela 1- Roteiro para Projetos de Pesquisa**

Fase	Objetivo	Atividades/temas
Fase 1	Caracterizar a dinâmica de cada sub-sistema (Perfil do Sistema)	Diagnóstico inicial do sub-sistema incluindo coleta de informações sobre: - Evolução histórica do sub-sistema e sua ligação com sistemas maiores nas dimensões social, ambiental e econômica; - Organização social e política dos atores do sistema, bem como tomada de decisão (fatores internos, escala menor); - Interação do sub-sistema com outros sub-sistemas (e com escalas maiores e menores); - Drivers ou fatores de influência: fatores externos de mudança que afetam o sub-sistema (escalas intermediária e maior).
Fase 2	Desenvolver cenários de forma colaborativa com os atores	Oficinas de cenários com os atores, por grupo e geral, bem como análise de dados
	Mapear como o conjunto dos 3 sub-sistemas vai afetar a dinâmica regional	Trabalho de análise e integração dos dados coletados.

	Analisar a resiliência de cada sub-sistema e do sistema maior	Atividades de divulgação e retorno dos resultados aos atores.
--	---	---

A metodologia proposta pelo curso denominada “aprendizagem experiencial” foi adaptada de um modelo utilizado pelo *Instituto de Formação de Lideranças para o Manejo de Recursos Naturais da Flórida*, da Universidade da Flórida, no qual os participantes interagem com atores e situações reais no cenário a ser pesquisado em busca de soluções colaborativas para problemas ligados ao manejo de recursos naturais. A vivência esteve conectada com o pensamento de Paulo Freire que nos lembra que o saber local é um conhecimento que se aprende e se ensina (FREIRE, 1996).

A especificidade de se desenvolver um trabalho com populações indígenas foi ressaltada desde o início das análises, o que não se constituiu como empecilho, uma vez que o curso trabalhava com uma perspectiva aberta do que se estava denominando como “pesquisa participativa”. Foi a partir daí que nosso grupo pesquisador começou a enfatizar a importância do estabelecimento do nosso vínculo com os Rikbaktsa, como elemento central e determinante ao desenvolvimento da pesquisa. Diferentemente de um assentamento ou de um grupo de fazendeiros, para os quais em caso de recusa de participação por parte de alguns grupos familiares seria possível contatar outras famílias, no caso dos Rikbaktsa, uma resposta negativa inviabilizaria definitivamente a realização de um trabalho com esse povo, fato que nos demandava uma postura de cautela e habilidade de negociação.

Nosso pressuposto era a colaboração dos Rikbaktsa como item fundamental que determinaria o andamento dos trabalhos ao longo da especialização, e que, por isso, devíamos nos desvencilhar de um olhar viciado em leituras prévias, mas que estas deveriam auxiliar num segundo momento, num processo de compreensão maior acerca do ethos Rikbaktsa, balizando nossa compreensão. Esse cuidado metodológico nos remete às considerações feitas por D’OLNE CAMPOS (2002, p.47) quando diz: “esforcemo-nos em eliminar ao máximo nossas bagagens disciplinares e pré-conceitos [...]”.

Para esta pesquisa, consideramos como referências bibliográficas de análise os trabalhos de ARRUDA (1992), que aborda as relações entre os Rikbaktsa e a sociedade brasileira com foco na reestruturação social após um período de instabilidade demográfica marcante no período de aproximação das frentes missionárias e seringalistas; PACINI (1999), que discute a relação entre a estratégia utilizada pela

Missão Anchieta para aproximação dos Rikbaktsa, e as implicações desta para o processo de territorialização das áreas Rikbaktsa no âmbito dos marcos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988; e ÁTHILA (2006) e PIRES (2009), análises que trazem debates sobre a corporalidade, a sócio-cosmologia e o parentesco Rikbaktsa.

Ressaltamos ainda a particularidade do grupo pesquisador, composto por uma maioria que, em particular, tinha formação convergente com a questão indígena e histórico de desenvolvimento de trabalhos com povos indígenas. Todavia, apenas duas pessoas do grupo pesquisador traziam consigo experiências de vivência anterior com o povo Rikbaktsa.

Entendíamos também que o conceito de participação/colaboração, condição do referencial metodológico do curso, só poderia efetivamente se concretizar se tivéssemos abertura suficiente para imergir os caminhos apresentados pelos Rikbaktsa. Por mais que o projeto estivesse focado na TI Escondido, tínhamos como primeiro desafio, buscar um modo de interagir com os Rikbaktsa no conjunto do povo, de suas 37 aldeias espalhadas ao longo das três terras indígenas<sup>2</sup>.

Tendo como condição o respeito ao tempo de entendimento dos Rikbaktsa acerca da proposta de pesquisa que estávamos submetendo para eles, não tínhamos nenhuma outra pretensão do que a de “estar lá”. A perspectiva da *Observação Participante* (TRIVIÑOS, 1987; BODGAN e BIKLEN, 1991; MACEDO, 2006) e o destaque para a história oral foram estabelecidos pelo grupo pesquisador como opção para navegar em boa companhia, seja pelo rio Juruena, seja pelas histórias do contato, seja pela narrativa dos mitos. Propusemos o desenvolvimento de uma leitura da presença Rikbaktsa em Cotriguaçu. Essas leituras são apenas propostas de entendimento e em nenhum momento temos a intenção de assertividade.

Optou-se também por evidenciar o estabelecimento do vínculo entre o conhecimento êmico e ético<sup>3</sup>. Interpretações êmicas refletem categorias cognitivas e linguísticas dos indígenas, enquanto interpretações éticas são as desenvolvidas pelos pesquisadores com propósitos analíticos (POSEY, 1992).

Durante as etapas presenciais do curso de especialização, realizadas em Cotriguaçu, e na interação com os demais grupos pesquisadores, surgiam pontos de interesse para a pesquisa, deflagrados nos relatos e apontamentos que os madeireiros,

---

<sup>2</sup> Esta dimensão, levantada por nosso grupo de pesquisa, foi mais tarde confirmada e colocada pelos Rikbaktsa como condição para execução da pesquisa.

<sup>3</sup> Marques (2001) em sua obra “Pescando Pescadores” conceitua a linguagem êmico/ ético, como sendo a do informante/pesquisador.

agricultores familiares ou pecuaristas levantavam sobre a presença indígena no município. Dessa forma, o ciclo da pesquisa compreendeu três momentos:

- 1) Levantamento e acesso ao acervo bibliográfico (esta etapa acompanhou todo o ciclo da pesquisa);
- 2) Pesquisa de Campo: Diálogo com indígenas fora da área indígena e Expedição científica de observação às bordas do TI Escondido para estudar as pressões socioambientais do local;
- 3) Processamento de dados e redação da monografia e publicação.

### **Contexto da Pesquisa: primeiros passos do grupo pesquisador**

A empreita [sensível/experiencial-criativa/científica] de desenvolver uma análise junto aos Rikbaktsa aparentava uma verdadeira epopeia. Para que o grupo pudesse entrar na pesquisa em terra indígena eram necessárias tanto a autorização dos Rikbaktsa enquanto povo, quanto a da FUNAI (esta última corresponde a um processo que leva alguns meses para se concretizar). Estas autorizações, além de representarem condicionantes legais do processo, também foram exigências colocadas pelos Rikbaktsa. Esse ponto sempre trouxe muita tensão ao grupo pesquisador, posto que temíamos que a autorização não fosse emitida a tempo de podermos desenvolver o trabalho dentro do curso, que tem duração de apenas 24 meses.

Diante da necessidade de autorização formal dos Rikbaktsa, algo difícil de se alcançar num primeiro encontro informal, nosso grupo optou por construir um processo que nos permitisse, ao mesmo tempo conhecer um pouco mais sobre os Rikbaktsa, mas desenvolver também um olhar para o nosso próprio grupo nessa dinâmica de atuação. O grupo pesquisador se reuniu para dialogar a respeito da escolha metodológica e inserção no universo da pesquisa. Um dos primeiros pressupostos era o de não partir de uma concepção muito fechada. A partir disso, ao longo da viagem, as conversas foram em torno de assuntos pessoais, sobretudo da personalidade de cada um que naquele momento estava ali no intuito de formar o grupo. Essa abordagem foi sempre enfatizada por um dos membros do grupo, Adriano Castorino, que ressaltava a importância de estar atento ao percurso, posto que as formações iniciais estão de algum modo interferindo nos resultados, principalmente se os resultados forem muito percebidos como desencadeados a partir das leituras presentes na formação. Com isso, foi necessário muita conversa, falamos de nossas vidas e de como de algum modo elas cruzavam com



aquela viagem e com o encontro em Juína. Nesse sentido, a viagem de ida até Juína se constituiu como eixo de aproximação e autoconhecimento do grupo.

A estratégia do grupo pesquisador pautou-se também pelo aproveitamento das habilidades de cada um dos seus membros num processo experiencial sem formatação delimitada. A experiência de fazer pesquisa junto com o grupo a ser pesquisado tem permitido a vivência e convivência no tempo e espaço do outro, onde ambos se desprendem de um lado dos rigores dos métodos científicos e do outro das ressalvas de ser objeto de pesquisa para juntos viverem uma ciência que permite articular o repensar das existências numa perspectiva mais humana em que homem e natureza se pertencem e neste contexto não há mais os outros, nem eles, apenas e fundamentalmente nós.

Havia ainda a questão da logística. Como dito anteriormente, os Rikbaktsa possuem três terras indígenas e trinta e sete aldeias com formas totalmente distintas de acesso. Algumas possuem acesso terrestre, mas as estradas permanecem em condições precárias. Outras aldeias são acessadas unicamente por via fluvial. A distância entre a coordenação regional da Funai de Juína - com a qual deveríamos manter contato em vistas da autorização de pesquisa - está localizada a 220 quilômetros de distância da TI Escondido e a 60 quilômetros do Distrito de Fontanillas, onde estabelecemos contato com os Rikbaktsa moradores das outras terras indígenas e com as Associações Rikbaktsa (Associação Indígena Rikbaktsa - ASIRIK e Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa - AIMURIK). Esta logística demandava ao grupo pesquisador tanto infraestrutura (veículo para deslocamento), quanto recursos (em especial, para custear o combustível e as estadias no campo).

O nosso primeiro encontro com representantes Rikbaktsa deu-se de forma inusitada: no restaurante de um hotel, próximo à rodoviária de Juína. Um ambiente estranho, tanto a nós, quanto a eles. Depois de 180 km de deslocamento em estrada de terra (Cotriguaçu a Juína) que separavam os Rikbaktsa da ansiedade do grupo pesquisador em encontrá-los, um desafio surgiu com iminência: tínhamos que superar o artificialismo do local.

Buscávamos iniciar uma aproximação, apresentando a proposta do curso e do nosso projeto de pesquisa como um ponto de partida para definir os níveis de interação que poderiam ser estabelecidos com os Rikbaktsa. Por acreditar que o caminho percorrido é tão importante quanto o resultado da pesquisa, resolvemos escrever um pouco da vivência do grupo pesquisador.

Como se tratava de um primeiro encontro de aproximação, e não apenas um processo de investigação sobre o sistema (tendo em vista que esse momento inicial seria o precursor de um processo mais amplo), o grupo pesquisador optou por não utilizar temas fechados, deixando a conversa fluir. Nossos tópicos direcionadores ao longo da conversa seriam: a memória, a paisagem e a perspectiva de futuro dos Rikbaktsa em relação à Terra Indígena Escondido. Levava-se em consideração a relevância de outros temas que surgissem espontaneamente durante o diálogo, estabelecendo que estes não deveriam ser interrompidos nem tão pouco desconsiderados, visto que eles poderiam oferecer pistas para a compreensão do sistema em suas nuances e especificidades.

Cabe aqui ressaltar que em relação à teoria de sistema, para o tratamento de sistemas sociais, o curso trabalhou com a abordagem desenvolvida por Luhmann (1997) que nos apresenta o conceito de *autopoiesis*, de acordo com o qual, os sistemas sociais reproduzem sua estrutura atuando dentro de fronteiras próprias. A abordagem de Luhmann enfatiza as operações internas dos sistemas, realizadas por meio de processos de comunicação que não fazem sentido fora do sistema que os abarca.

Por fim, caminhamos no sentido de construir um processo que nos permitisse, ao mesmo tempo, iniciar a nossa compreensão sobre o sistema (Rikbaktsa), mas também compreender o próprio grupo em sua dinâmica de atuação. Por se tratar de uma análise voltada para o sistema (setor povos indígenas), mas também para a compreensão do próprio grupo pesquisador, investiu-se nas percepções pessoais de cada um, com atenção especial aos equívocos cometidos, pontos fortes e pontos fracos do diálogo com os Rikbaktsa por meio de um olhar de cada um para si próprio e para os demais do grupo. Dito de outra maneira, a proposta era realizar uma auto-avaliação do grupo num contexto paralelo ao de aproximação com os Rikbaktsa, visando elencar as diferentes estratégias e táticas de abordagens nele presentes.

Alguns itens afirmados na preparação do primeiro contato com representantes Rikbaktsa estiveram presentes durante o percurso do nosso trabalho de “campo” e foram determinantes para a condução deste, tais como: reconhecer que responderíamos apenas o que fosse possível dentro do roteiro proposto pelo curso; que a colaboração dos Rikbaktsa seria o item fundamental que determinaria o andamento dos trabalhos ao longo da especialização; que devíamos nos desvencilhar de um olhar viciado em leituras antropológicas; e que deveríamos aproveitar as características das pessoas do grupo pesquisador.

A partir deste primeiro encontro, o grupo pesquisador passou a contar com uma interlocução entre os Rikbaktsa. O papel desse interlocutor foi de fundamental importância porque nos ajudou a andar ao tempo que era propício para eles e nos foi sendo contado coisas com a medida certa e no tempo que poderíamos entender. Esse interlocutor, além de ser uma liderança, também era professor, seu nome é Juarez Paimy. Uma pessoa de muita paciência e de muito desprendimento para andar com nossa equipe. A presença sempre atenciosa e agradável de Juarez, além de nos tranquilizar, nos garantiu uma inserção mediada entre a nossa intenção de compreender a presença do povo Rikbaktsa em Cotriguaçu e a história imensa que eles tinham a nos contar.

Feito o contato inicial, nosso grupo pesquisador elaborou uma proposta preliminar para o Projeto de Pesquisa orientado por algumas questões:

- Como os Rikbaktsa percebem e definem o seu território, em contraposição à categoria jurídica de Terra Indígena adotada pelo governo brasileiro?

- Quais estratégias os Rikbaktsa têm utilizado para garantir seus direitos sobre a Terra Indígena Escondido?

- Quais recursos naturais existentes na Terra Indígena Escondido são atualmente utilizados pelos Rikbaktsa?

- Quais os lugares (unidades de paisagem/habitats) do território Escondido são encontrados os recursos naturais manejados/utilizados pelos Rikbaktsa?

- De que forma os povos indígenas respondem a processos de deslocamento forçado na Amazônia, em decorrência de programas de desenvolvimento?

- Quais mecanismos sócio-ecológicos podem estar relacionados a uma maior ou menor resiliência cultural destes grupos em face a processos de deslocamento forçado?

- Quais são as estratégias de adaptação desenvolvidas por estes grupos, em relação às mudanças ecológicas vivenciadas com o deslocamento geográfico?

Estas questões não necessariamente seriam respondidas ao longo da pesquisa, por diversos fatores que limitavam o mergulho no campo, mas foram orientadoras do nosso processo de pesquisa e análise. Para o nosso grupo pesquisador, o principal seria o tempo e o processo de pesquisa.

A especificidade do pensamento Rikbaktsa evidenciou-se para o grupo pesquisador, neste primeiro encontro, ao percebermos que estávamos lidando com uma compreensão temporal e espacial diferenciada, determinada pela cosmologia própria deste grupo, dentro da qual o espaço constitui-se a partir de uma ancestralidade

indissociável da paisagem, paisagem esta, construída a partir da ação dos seres vivos, como o caso do rio Juruena, que brotou da ação xamânica do pajé. Por outro lado, a noção de tempo, também caracterizado pela cosmologia Rikbaktsa, extrapola a dimensão histórica linear e se caracteriza por uma ligação a um passado mítico dentro do qual não se busca determinar um ponto de origem.

O ponto de partida de nossa leitura, então, foi nos ater aos meandros da memória, tanto a dos munícipes de Cotriguaçu quanto a dos Rikbaktsa. Cabe esclarecer, no entanto, que nosso grupo jamais fez uma etnografia com as pessoas. Nem nos julgamos competentes a isso como também não tínhamos tempo de nos deter com mais profundidade. Por isso, temos por ponto de partida nossa leitura, isto é, a percepção de cada uma, dialogada tanto entre nós do grupo quanto com Juarez.

A partir deste panorama, o grupo pesquisador deu continuidade ao processo de estabelecimento de vínculo com os Rikbaktsa. Para isso, realizamos uma nova visita, desta vez, no Distrito de Fontanillas, em Juina-MT, um balneário às margens do rio Juruena, localizado na margem oposta a Terra Indígena Rikbaktsa. Neste segundo encontro buscávamos poder esclarecer melhor aos Rikbaktsa os objetivos do curso e avançar numa perspectiva comum de análise.

O encontro em Fontanillas foi um momento fundamental para a orientação do nosso projeto de pesquisa. Foi a partir deste encontro que definimos o recorte identidade e território como atributos de análise do sistema Rikbaktsa, sobre os quais debruçamos os esforços da pesquisa, construindo o título *Nós somos os outros*, a partir das observações realizadas e que fundamentaram a articulação de três eixos de análise. Abaixo descritos:

1. Antes do tempo, era sempre - Narrativas sobre temporalidade para entender a lógica (a) temporal indígena. Aqui reforçamos nossa perspectiva de ouvintes da história Rikbaktsa pela sua visão do processo; e o reconhecimento da barreira linguística dentro do processo de interação, em especial com os mais velhos (considerando não apenas a dificuldade de comunicação, mas especialmente a dificuldade de tradução de conceitos).

2. O silêncio como barulho - Possibilidades de significação do silêncio. O evidenciamento da perspectiva Rikbaktsa na interação dialógica com o grupo pesquisador, considerando a interconexão das falas e paisagens Rikbaktsa e reconhecendo nossa ignorância acerca desse modo particular de apreensão do mundo;

3. O território é do outro lado - Do lado de lá é outra terra. A estadia do grupo pesquisador na margem oposta da TI Rikbaktsa possibilitou a leitura da interação de modelos divididos pelas águas do rio Juruena, um contraste evidenciado pela oposição entre o barulho e rapidez dos *jetski*, contraposto ao silêncio e sobriedade das canoas indígena.

A análise sobre territorialidade Rikbaktsa foi ancorada nos estudos sobre processos de territorialização em contextos intersocietários de conflito, desenvolvidos por OLIVEIRA (1998), segundo o qual, territorialização consiste num processo de reorganização social. Utilizamos também a abordagem desenvolvida por LITTLE (2002), para quem territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “homeland” (LITTLE, 2002, p. 3).

Após este encontro, na esperança de obter a autorização de pesquisa, mantivemos o permanente contato com representantes Rikbaktsa, conversando sobre as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa. Destas conversas resultou nosso terceiro encontro com os Rikbaktsa, que se configurou na interação direcionada à leitura da interação dos Rikbaktsa com os atores sociais do entorno da TI Escondido, particularmente os assentados do PA Nova União e pessoas ligadas à indústria de base florestal instalada nas imediações da terra indígena. Extrapolamos a leitura, abarcando ainda a interação com representantes do poder público municipal, especificamente, a Secretaria Municipal de Educação.

O grupo pesquisador não considera que foi definido conceitualmente o que seria o “sistema Rikbaktsa”. Esta tarefa nos demandaria um tempo maior de permanência com os rikbaktsa e um maior aprofundamento teórico do assunto (já que neste caso estamos falando de delimitação de um sistema social). Demandaria ainda que evidenciássemos de forma mais contundente a diversidade, muitas vezes invisível para nós, mas existente dentro do que se convencionou chamar de “sociedade Rikbaktsa”.

Efetivamente, sob a auto-denominação geral Rikbaktsa, espalhavam-se nesse vasto território vários grupos politicamente autônomos entre si, com relações de aliança estabelecidas por casamentos ou festas e também relações conflituosas. Nos anos em que ocorreram os primeiros contatos pacíficos, identificavam-se três grupos maiores, relativa e esporadicamente hostis entre si, localizados no Escondido (entre o Juruena e o Aripuanã), no Arinos e no rio do Sangue (ARRUDA, 1992, p 114).

Mesmo sem o estabelecimento conceitual do corpo Rikbaktsa enquanto sistema, como resultado destes momentos de aproximação, consideramos que seria possível estabelecermos que os fatores desencadeantes dentro do recorte analítico proposto pelo grupo pesquisador - como elementos centrais no processo de territorialização pelo qual passaram os Rikbaktsa nos últimos cinquenta anos -, são juntamente os processos de decréscimo populacionais e perda territorial, desdobramentos da aproximação das frentes brasileiras de colonização ao Vale do rio Juruena.

Este foi definido como ponto de partida para avaliarmos a resiliência do sistema rikbaktsa, não da perspectiva de uma luta obcecada pela manutenção de uma continuidade cristalizada, mas sim, como as inovações que o pensamento Rikbaktsa constrói neste processo permanente de configuração cultural. Nesse sentido, a resiliência Rikbaktsa se configura muito mais na forma de resistência, num processo dentro do qual a homogeneização e usurpação propostas pela colonização se confrontam com a pluralidade e alteridade características do seu modo de existência.

Ao final desse processo, não houve tempo para que obtivéssemos a autorização da FUNAI para pesquisa com inserção em Terra Indígena. Nesse sentido, esta monografia é fruto de reflexões a partir destas estadias e contatos que o grupo pesquisador estabeleceu junto aos Rikbaktsa no âmbito do curso de especialização, contatos estes realizados em Juína, no distrito de Fontanillas e em Cotriguaçu.

O texto que se segue é feito com a colaboração de todos, claro que o objetivo final destes trabalhos é o registro acadêmico do processo vivenciado pelo grupo pesquisador no seu percurso de aprendizagem ao longo do curso. Mas ainda assim traz em si um desejo de ser também uma possibilidade de compartilhamento de uma experiência humana feliz, alegre e que, mesmo com alguns dilemas (também humanos), fruto do empenho de muitas pessoas.

## CAPÍTULO I - INFRAÇÃO CIVILIZADA: PACIFICAR ERA SOLUÇÃO (?)

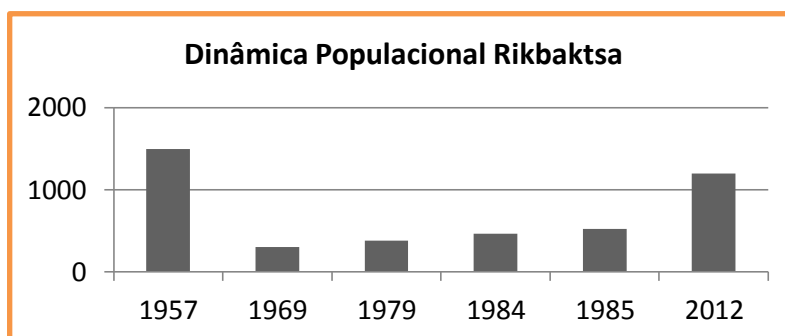
*“A nossa vida é essa luta que vocês estão vendo aí”, Juarez Paimy*

Na década de 1950, a empresa CONOMALI intensifica suas atividades na bacia do rio Juruena, fundando novas colocações de seringa na foz do rio Cristóvão (região da TI Escondido). A aproximação das frentes da borracha ao território Rikbaktsa deflagraram uma verdadeira guerra entre indígenas e seringueiros. Em meio a este contexto, tendo sido relatadas inúmeras mortes de ambos os lados, a MIA – Missão Anchieta intervém em prol do que ela chama de “pacificação” dos Rikbaktsa (ARRUDA, 1987).

A dificuldade consiste em não poder o seringueiro educar o índio. O que fazer? E é preciso extrair a borracha, pois a civilização precisa da borracha!... O padre apresenta-se então para pacificar a tribo. (MIA, 1957, p. 01).

O contato mais próximo com as frentes colonizadoras brasileiras foi devastador para a sociedade Rikbaktsa que teve 75% da sua população dizimada por epidemias e ataques de seringueiros. O drama que representou a dinâmica demográfica Rikbaktsa pode ser observado no gráfico abaixo, construído com dados de ARRUDA (1992) e FUNASA (2012).

**Figura 1 – Dinâmica demográfica Rikbaktsa**



Pensando em termos de Ciclos Adaptativos (GUNDERSON & HOLLING, 2002), podemos pensar o declínio populacional Rikbaktsa como uma fase de colapso. A situação é expressa no depoimento de um velho Rikbaktsa: “Quando eu voltei, estavam todos mortos. Apenas dois sobreviveram” (informação pessoal). Ele se refere à sua aldeia, dizimada por um surto de gripe.

As doenças das vias respiratórias foram as que mais atingiram os Rikbaktsa. Houve epidemias de gripe fulminantes nos primeiros anos do trabalho missionário em todas as micro-regiões<sup>385</sup>. A vulnerabilidade à gripe, malária e ao sarampo, associada à alimentação deficiente, decorrente destes momentos em que quase toda a comunidade está convalescente, foi a principal causa da mortandade (PACINI, 1999 , p.165).

O poder nocivo e destruidor das epidemias foi agravado pela desagregação do modo de vida Rikbaktsa, que compôs a estratégia da pacificação. Retirados de suas aldeias e impelidos a seguir novos padrões de produção agrícola, de habitação, de mobilidade, etc; os Rikbaktsa tiveram em pouco tempo, uma alteração drástica no desenvolvimento de práticas cotidianas que, somada às doenças, teve um efeito devastador para esta população: “Alterando as estratégias de subsistência ao habitarem territórios mais restritos com limitados recursos naturais, o processo de sedentarização aumentou na proporção da dependência das roças e das relações interétnicas” (PACINI, 1999, p. 164). Isso gerou o que este autor chamou de “colapso do sistema de subsistência Rikbaktsa”: “Com a maioria doente na aldeia gera-se um quadro de ruptura social que torna impossível prover os cuidados básicos de alimentação e higiene, o fator principal da letalidade epidemiológica” (PACINI, 1999, p. 164).

O atendimento missionário era cunhado especialmente em ações de saúde. Diante de um contexto de epidemia, grande perda populacional e baixa resistência dos Rikbaktsa para as doenças do contato – bem como o desconhecimento de tratamentos para estas novas mazelas -, não é difícil de entender a dependência estabelecida com a equipe da Missão.

Dessa forma, depopulados, pressionados pela ocupação crescente da região, doentes e atraídos pela assistência e pela prometida proteção da Missão na área da reserva, os índios gradativamente iam abandonando seus locais de moradia. No entanto, sempre o fizeram relutantemente, a contragosto, tanto que o processo de transferência só terminou em 1974, com a vinda dos dois últimos grupos do Escondido para a reserva. (ARRUDA, 1992, p. 127).



A potência das epidemias que assolaram a sociedade Rikbaktsa aparecia para estes na forma de feitiços de alta performance: “Não a doença em si, mas o número e a velocidade das mortes constituíam, certamente, uma situação nova“ (ÁTHILA, 2006, p.129). Mas estes “feitiços” era de uma ordem não atingida pelo xamanismo Rikbaktsa.

Uma outra versão, que aqui adoto, aposta que os próprios sistemas nativos de explicação, ao menos em um primeiro momento, fossem aplicados à compreensão da singularidade daqueles eventos. Era iminente a possibilidade de estarem sendo vítimas de feitiço e diversas eram as fontes potencialmente suspeitas (ÁTHILA, 2006, p.129).

Nesse contexto, a ação salvadora do Pe. João, expressa simbolicamente pela atuação rápida da penicilina, foi aos poucos ajudando a construir a imagem do missionário em associação com o xamã: “Para as doenças trazidas pelos brancos, os Rikbaktsa confiavam pouco nos remédios do mato que tradicionalmente usavam e esperavam a cura do xamã Pe. Dornstauder” (PACINI, 1999, p.167).

Somaram-se às mortes causadas pelas epidemias, também as resultantes da guerra com os seringueiros. Em primeiro lugar, a de se concordar com afirmação de PACINI (1999), segundo o qual foram os seringueiros que “provocaram a guerra ao invadirem o território Rikbakta” (p. 17).

Os embates eram inevitáveis. No caso Rikbaktsa, a prática seringueira possuía, ainda, um agravante. A safra principal acontecia, justamente, na época da seca, quando também os índios excursionavam por grandes distâncias, aumentando significativamente as possibilidades de encontros indesejáveis. (ÁTHILA, 2002, p.115).

A construção discursiva acerca da guerra entre os Rikbaktsa e os seringueiros, foi o argumento validador para o desenvolvimento de uma estratégia que atendia aos interesses da igreja (catequizar) e do Estado (expandir as fronteiras econômicas sobre os territórios indígenas).

O conflito genocida foi produzido historicamente como condição para a "pacificação", sujeição dos índios. Dito de outra maneira, a situação criada pelas frentes econômicas e a resistência tenaz dos povos indígenas, que opunham obstáculos ao seu avanço, impôs a necessidade de uma intermediação. Esta, quer fosse exercida pela Igreja quer pelo Estado, auto justificava-se como executora da "proteção fraterna", arrefecendo o inevitável "choque cultural" (ARRUDA, 1992, p.85).

O conflito deflagrado e a necessidade de se desenvolver uma ação apaziguadora que apresentasse saídas ao vertiginoso decréscimo populacional Rikbaktsa justificaram a implementação da pretensa atuação conciliadora da MIA, que estabilizaria as relações entre indígenas e seringueiros. A harmonização destas relações era condição necessária para facilitar o processo em curso, de ocupação e expansão da exploração econômica no Vale Juruena.

De um lado havia religiosos desejando a “pacificação” dos grupos, retirá-los dos territórios de forma “pacífica”, e de outro, seringalistas ansiosos por este deslocamento, fosse ele efetivado por via consensual ou de forma violenta. A questão era a liberação das terras e dos caminhos para extração e escoamento da produção de látex. (ÁTHILA, 2002, p. 126)

Cacique Rafael nos diz que “O Padre João era bom e era ruim”. Há muito que se interpretar nesta frase, afinal de contas, a “pacificação” assumiu um caráter ambíguo e marcante na história Rikbaktsa. Apesar de não desenvolvermos aqui este ponto, é necessário citar que a intervenção missionária lida com a muitas vezes conflituosa dinâmica interna deste povo. Por outro lado, o Pe João assume uma caracterização contraditória, analisada por PACINI (1999): “O mito criado de que o “pacificador” foi reconhecido pelos Rikbaktsa como um chefe com atitudes humanitárias, segundo uma prática política adequada em vista de determinados fins. É possível pensar que, diante de personagens como o Pe. Dornstauder, surgem críticas e elogios.”

Grande parte da atuação missionária para pacificação foi financiada com recursos dos seringalistas que estavam se instalando no Vale do Juruena. Neste ponto já observamos o entrelaçamento dos interesses particulares e religiosos: de um lado, os seringalistas buscam expandir seus negócios na região, e, por outro, a MIA tenta expandir sua atuação catequizadora junto aos povos indígenas. Nas décadas de 1950 e 1960, a questão territorial indígena não está em questão. A catequização dos Rikbaktsa e a ocupação do Vale do Juruena por frentes colonizadoras se colocam como fato consumado.

“O que chamou-se de “pacificação” foi, na verdade, um fenômeno complexo que perdurou por muitas expedições, dons, trocas, cuidados, epidemias e mortes. Interesses diversos estavam envolvidos nas tentativas de conciliação. Desde a intervenção missionária em conflitos

que ficavam mais sérios a cada dia, a salvação de “corpos” na intenção e promessa da conquista de “almas”, à paz necessária, porém oportuna, para a invasão definitiva de terras e sua livre exploração”. (ÁTHILA, 2006, p. 121)

Ainda, foi a partir do processo de pacificação que se promoveu a formação da identidade unificada “Rikbaktsa”, posto que grupos que viviam dispersos foram, pouco a pouco, sendo impelidos a se agrupar nas imediações de Postos de Atendimento da MIA.

Os vários clãs dispersavam-se no território e se aglutinavam por ocasião de festas ou outra necessidade. Nesses encontros arranjavam casamentos na outra metade, trocavam objetos próprios produzidos por eles e conquistados nas relações interétnicas. Alguns grupos estavam brigados e não eram convidados para determinadas festas. Sem convite pessoal do organizador não vão na festa. Alguns nem se conheciam pessoalmente. No tempo das malocas aconteceram conflitos sérios entre os Rikbaktsa chegando a brigas e mortes. Houve histórias diferentes e rivalidades entre os grupos Rikbaktsa que provavelmente geraram sua distribuição nas diferentes micro-regiões: no Escondido, na margem direita e esquerda do médio Juruena, na margem esquerda do Rio do Sangue e na margem esquerda do baixo Arinos. Estas divisões refletem a maneira dos Rikbaktsa ocuparem seu vasto território. Constituíram-se assim grupos distintos com uma organização social mais intensa por micro-regiões, onde as malocas interagiam mais intensamente. (PACINI, 1999, p. 56).

## CAPÍTULO II - DIÁSPORA FORÇADA

Em meio a este colapso populacional, muitas crianças órfãs foram levadas pelos missionários jesuítas e passaram a residir em um internato religioso, chamado Utiariti, localizado 200 Km ao sul do território Rikbaktsa, onde também residiam crianças e jovens de outros grupos indígenas da região. Num contexto de repressão das manifestações de práticas culturais, as crianças Rikbaktsa eram proibidas pelos missionários de falar a sua língua materna, sendo obrigadas a aderir ao programa catequético.

Em meados dos anos 60, cerca de 100 crianças Rikbaktsa estavam no internato de Utiariti. R. Hahn ainda encontrou em 1970 cerca de 40 crianças Rikbaktsa e alguns adultos (Hahn, 1976: 34). O que fez com que tantas crianças Rikbaktsa fossem entregues à responsabilidade do Pe. Dornstauder? Um fator significativo parece ser que a maioria das crianças ficou órfã. Mas outro fator facilitou essa transferência: havia um costume entre os Rikbaktsa de criar crianças raptadas e também de dar meninas em adoção aos homens. Soube também que meninos eram facilmente transferidos para a casa dos tios ou para Utiariti quando não se adaptavam bem no mykyry ou “não obedeciam”. A facilidade com que os jesuítas recebiam os meninos (as Irmãzinhas ficavam com as meninas) para educá-los, está ancorada também na tradição dos grupos de idades que eram tutorados por alguém designado no mykyry. (PACINI, 1999, p.33).

Existe uma unanimidade analítica (ARRUDA, 1992; ÁTHILA, 2006; e PACINI, 1999) em ver o processo de transferência das crianças Rikbaktsa para o Utiariti como a estratégia mais assertiva da MIA para apagar de seus corpos e imaginários, os traços que para os religiosos demarcavam o desenvolvimento de comportamentos e práticas inadequadas.

Do mesmo modo que crianças foram transferidas para o Utiariti, os adultos que sobreviveram às epidemias do pós-contato que residiam no baixo Vale do rio Juruena, foram impelidos a se transferir de suas aldeias para as imediações dos Postos de Atendimento da MIA, nas imediações do rio do Sangue e Arinos, centralizando e “facilitando” assim a assistência oferecida pelos missionários.

“Como os meios de transporte eram muito lerdos, a MIA, por motivos de saúde, optou em transferir os Rikbaktsa do Escondido para a área decretada e que ficava uns 350 quilômetros ao sul, na confluência do rio

Juruena com o rio do Sangue. Essa transferência se completou em 1974” (MIA, 1985, p. 03).

Em 1968, com intermediação da Missão Anchieta, é demarcada uma área de cerca de 79.000 hectares, a TI Rikbaktsa, correspondente a apenas 10% do território original deste grupo. Esta terra foi estabelecida como satélite em volta do qual se pretendia fazer orbitar todos os grupos Rikbaktsa, inclusive os do rio Arinos e Escondido.

De acordo com a autorização no 4, de 21 de agosto de 1968, assinada pelo Presidente da FUNAI, o Pe. Edgar Schimidt está empenhado em localizar, mentalizar e transferir alguns remanescentes de índios Rikbaktsa ainda arredios e sediados fora da reserva destinada ao grupo. (SCHMIDT & OLIVEIRA, 1971, p.02).

Nota-se que a transferência dos Rikbaktsa para os postos de atendimento da MIA foi iniciada desde o estabelecimento dos primeiros contatos amistosos entre o grupo e os missionários jesuítas. Este processo se intensifica com a criação da TI Rikbaktsa, em 1968 e a assertiva de transformar este espaço como único local de habitação deste povo.

A transferência compulsória perdurou até 1974, quando se deu a remoção dos últimos grupos Rikbaktsa que habitavam o Escondido. PACINI (1999) nomeia o processo de deslocamento compulsório dos Rikbaktsa como “confinamento territorial” que caracteriza a pacificação como uma estratégia de liberar áreas para a ocupação pelas frentes colonizadoras.

ARRUDA (1987) cita ainda que em 1960, a Missão Luterana monta um posto na margem esquerda do córrego Escondido, atraindo famílias Rikbaktsa que já mantinham contatos pacíficos com seringueiros estabelecidos na região. O posto foi mantido até 1969, tendo sido repassado posteriormente para a FUNAI e, na sequência, para a Missão Anchieta.

O Posto do Escondido corresponde a um capítulo importante desta narrativa, uma vez que a estratégia da Missão Luterana, diferentemente da estratégia da Missão Anchieta, estava pautada no aprendizado da língua nativa com o intuito de traduzir a bíblia. Nesse sentido, além de buscarem na cultura Rikbaktsa os elementos para estabelecer um processo de cristianização, os luteranos dificultaram a transferência de núcleos habitacionais Rikbaktsa pela Missão Anchieta.

A transferência para os postos da MIA forjou a convivência de diferentes grupos Rikbaktsa – alguns destes hostis entre si – e teve desdobramentos diretos dentro do processo de perda territorial que caracteriza esta diáspora: “Foram os padres que nos tiraram de lá”, nos disse Gertrudes Rikbaktsa, moradora da Aldeia Curva (informação pessoal).

Levanta-se uma questão neste ponto: Por que os Rikbaktsa não resistiram à diáspora a qual eles foram forçados? São inúmeros os argumentos citados como motivo. Não é difícil de imaginar a desestruturação que recai sobre um povo mediante um contexto de decréscimo populacional vertiginoso e uma situação na qual frentes populacionais alienígenas à dinâmica intertribal da região se instalam na região, portando uma potência bélica de elevado desempenho e trazendo consigo, mazelas incontroláveis pelas práticas de cura locais.

A organização social Rikbaktsa, pautada pela distribuição regionalizada de núcleos habitacionais compostos por pequenos grupos associados a famílias extensas, era rapidamente abalada diante do alto índice de mortandade provocado pelas epidemias e combates com os seringueiros. “Quando morriam homens de *status* elevado, que tinham em torno de si sua família extensa a habitar em um *wahoro*, seu grupo muitas vezes passava aos postos” (PACINI, 1999, p.133).

Especificamente em relação aos grupos Rikbaktsa que ocupavam o Escondido, havia um contexto de relações amistosas com as frentes seringalistas que ocuparam a região e também o fato de que estes orbitavam ao redor do Posto Escondido, que sob o comando dos Luteranos, foi uma frente de resistência ao processo de transferência dos Rikbaktsa para o Alto Vale do rio Juruena. ARRUDA (1992, p. 127) aponta que o motivo que determinou, em 1974, o deslocamento dos últimos grupos que ocupavam o Escondido, estava associado de maneira direta com a instalação de empresas mineradoras na área, tendo em vistas os efeitos nocivos desta ocupação: “O último dos grupos só foi finalmente convencido pela pressão de mineradores que passaram a invadir o Posto do Escondido, a procura de mulheres e comida”.

Na outra ponta do território tradicional Rikbaktsa, na área do Escondido, o refluxo da atividade seringalista deu lugar aos interesses mineradores, principalmente da Cia. Mineradora Silex que, a partir dos anos 70, pressionou os índios a se retirarem. Foi nesse contexto que, a partir da criação da reserva em 1968, a MIA redobrou seus esforços para a atração e transferência de todos os índios para dentro da área delimitada. Com autoridade concedida pela FUNAI, neste ano a MIA

interditou temporariamente a área do Japuira e do Escondido, com o objetivo de atrair os arredios, transferindo num primeiro passo os do Escondido para o Japuira e em seguida todos eles para dentro da reserva. (ARRUDA, 1992, p. 126-127).

Mesmo residindo fora do território do Escondido, os Rikbaktsa relatam que nunca deixaram de frequentar a região de forma sazonal. Segundo ARRUDA (1987) isso se dava especialmente entre os meses de maio e agosto, quando da realização de expedições de caça, pesca e coleta. Ele cita ainda que na década de 1970, o cacique Radiokobi tentou reestabelecer moradia na região do Escondido, mas foi persuadido pela MIA a desistir desta empreita: “Ainda assim, em meados de 70, o falecido cacique Radiokobi insistia em voltar a construir aldeia no Escondido, sendo novamente dissuadido pela MIA, que alegava dificuldades em manter um posto de atendimento na região”. (ARRUDA, 1992, p.127).

Mesmo sobre um contexto de forte massacre demográfico e cultural, os Rikbaktsa persistiram na batalha pela garantia da integridade de seu território. “Os índios Erikbatsa, contatados no PI Escondido e transferidos para a Reserva Erikbatsa, estão cada vez mais deixando a citada reserva e voltando à região do Escondido.” (SHIMIDT & OLIVEIRA, 1971, p. 02).

Temos então dois processos em curso: de um lado, grupos Rikbaktsa insistem junto aos missionários que querem retomar suas habitações nas regiões do Arinos e Escondido. Por outro, o desejo dos Rikbaktsa de retornar às antigas áreas de ocupação se soma ao processo de reorientação da atuação da MIA na década de 1970. Com a extinção do Utiariti, as crianças e jovens Rikbaktsa retornaram para as aldeias e retomaram o convívio com os anciões. A orientação da igreja católica, antes voltada à catequização, sofre uma alteração radical. Surge o conceito de “encarnação”, pelo qual os missionários deveriam aderir ao modelo nativo, ao invés de impor a doutrina cristã sobre os indígenas.

“O contato mais estreito entre os “educados” e os “tradicionais”, nas novas condições em que a tutela da Missão se exerce, fomentou um processo interno de reavaliação da identidade étnica que se expressa hoje em orientações político econômicas diferenciadas e “experimentais”(ARRUDA, 1984, p.13).

Da articulação entre os jovens vindos do Utiariti com os Rikbaktsa que viviam nos Postos da MIA, em consonância com a nova orientação da atuação missionária, é

que surge a demanda pela regularização jurídica do território Rikbaktsa, incorporando as áreas de Japuira e Escondido.

A primeira reação organizada, após a catástrofe dos contatos iniciais, se deu em 1978: expulsaram um fazendeiro que ocupou uma das ilhas defronte da atual área demarcada. De lá para cá, cresceu o movimento para a volta ao Japuira e Escondido. (LOEBENS, 1985, p. 03).

Foram inúmeras as propostas de delimitação para demarcação da TI Escondido. Mapas da MIA nos mostram como foi se dando a constituição deste território. Em 1984 o Grupo de Trabalho da FUNAI identifica uma área com 275.100 hectares. Essa proposta foi reduzida em cerca de 107.000 hectares, mediante a sua inviabilidade política, posto que ela abrangia a região onde está instalada a sede urbana do município de Cotriguaçu.

Nesse sentido se deu a reconfiguração do território Rikbaktsa com base em critérios jurídicos. O reconhecimento legal do estado nacional sobre o território Rikbaktsa abrangeu, efetivamente, apenas 10% de sua área de ocupação imemorial, apontada por ARRUDA (1992, p. 105):

Por volta de 1950, ocupavam o baixo curso dos rios Arinos, Sangue e Papagaio. Deste último até a altura do rio Arinos, ocupavam principalmente a margem direita do Juruena. Da barra do Arinos para baixo, ocupavam as duas margens. Percorriam regularmente o município de Aripuanã, mantendo aldeias entre este rio e o Juruena. Em suma, seu território tradicional espraiava-se pela bacia do rio Juruena, desde a barra do rio Papagaio ao sul até quase o Salto Augusto no alto Tapajós, ao norte; a oeste expandia-se em direção ao rio Aripuanã e a leste até o rio Arinos, na altura do rio dos Peixes, configurando uma região de cerca de 50.000 quilômetros quadrados.

Little (2002, p.03) afirma que “O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Neste caso, a territorialização Rikbaktsa é forjada a partir de um contexto de usurpação de seu território pelas frentes colonizadoras que passaram a acessar a região.

Contudo, a transferência para a Reserva, além de significar a perda de parte das terras, impôs transformações na relação dos Rikbaktsa com seu território. A administração direta dos missionários ou seus encarregados nos Postos tinha por fim o controle dos Rikbaktsa em seus diversos níveis (PACINI, 1999, p. 182).



A reconfiguração territorial Rikbaktsa não deixou de ser acompanhada por um caminho dialógico, dentro do qual se deu também a reconfiguração do próprio *ethos* Rikbaktsa. A reorganização dos grupos remanescentes Rikbaktsa sob a égide de uma identidade unitária foi um desdobramento do processo pacificador da MIA, o que de maneira alguma implica em descaracterização totalizante deste grupo enquanto tal.

Com a grande mortandade dos tempos de pacificação, os sobreviventes em torno dos missionários reforçaram as forças de coesão entre as pequenas unidades sociais dispersas numa grande área e constituíram lentamente um grupo humano mais coeso dentro da Reserva Rikbáktsa, onde uma maior proximidade num mesmo espaço físico atuou diretamente como fator de relações mútuas e de alianças internas em um espaço vital mais reduzido. (PACINI, 1999, p.182).

### CAPÍTULO III – RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA

*“Nós povo Rikbaktsa, já existíamos há muito tempo”. Cacique Rafael*

Apesar de estarem vivendo um processo de desestruturação populacional e influência missionária, mesmo após a sua transferência das regiões do Escondido e Japuira, os Rikbaktsa nunca deixaram de utilizar a área, mantendo a realização de expedições sazonais em busca de recursos naturais caros à sua vida, tais como remédios e pontas de flecha jurupará:

Mesmo longe de suas áreas originais, os Rikbaktsa todos os anos voltavam à região do Escondido para coleta de certa ponta de flecha especial e arcos, que só encontram nesta área. Além de se abastecerem com penas para enfeites, conta de colares e remédios, que não existem na área atualmente demarcada. (LOEBENS, 1985, p. 02).

A primeira tentativa efetiva de reestabelecimento na região se dá em 1985, mas é reprimida com o uso de violência por parte da Colonizadora Cotriguaçu, que, um ano antes, teve seu pedido de Certidão Negativa de presença indígena negado pela FUNAI.

Somente em 1985 os Rikbaktsa iniciaram a reocupação plena da região, formando um grande roçado nas imediações do córrego Dico e afixando placas identificando os limites da demarcação. A reação foi imediata. A empresa colonizadora, que teve o pedido de Certidão Negativa de presença indígena negado pela FUNAI, em 1984, instala milícias na região, arrancando as placas afixadas pelos indígenas e impedindo seu retorno para área. (ARRUDA, 1991).

ARRUDA (1992) relata o perfil da ocupação da região e afirma que: ‘Além dos habitantes indígenas permanentes e ocasionais, a área do Escondido era totalmente desocupada, não existindo não-índios em seu interior, pelo menos até meados de 1991’ (p. 146). Com o pedido de Certidão Negativa de presença indígena negado, a estratégia utilizada por parte da Colonizadora foi a de estimular a formação de núcleos habitacionais de colonos na área, como forma de reforçar a ocupação não-indígena na região:

A Cotriguaçu: Cooperativa dos Triticultores de São Miguel do Iguaçu com sede em Cascavel, PR; através de sua filial, Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã Ltda, detinha título de propriedade de um

milhão de hectares no Escondido. Colocou uma infraestrutura mínima em 1984 e atraiu alguns agricultores para a agrovila que passou estrategicamente a distrito em 1988 e a município em 20.12.1991. (PACINI, 1999, p. 12).

Em visita realizada ao primeiro núcleo habitacional de Cotriguaçu, durante a primeira etapa do Curso de Especialização, um dos pioneiros, Senhor Dinardi Castanha, nos conta sobre a percepção dos recém-chegados acerca da ocupação indígena na região: “Quando nós chegamos nós vimos as roças dos índios. Tinha muita banana. A gente andava no mato e encontrava a roça deles” (informação pessoal em julho de 2010). Mas o Senhor Dinardi Castanha é um dos poucos pioneiros que confirma a presença indígena no município. Aparentemente, confirmar a presença indígena é reforçar a possibilidade de futuramente “perder” a terra sob esta alegação.

Por sua vez, os Rikbaktsa enfrentavam o drama da inviabilidade de reivindicarem a regularização fundiária de seu território em sua amplitude. Ao passar dos anos, após a chegada das frentes da seringa, novas frentes colonizadoras foram se instalando na região, municípios foram sendo criados, fazendas e estradas foram abertas.

“Os municípios de Aripuanã, Juruena e Cotriguaçu foram se formando, em parte, dentro dessas terras tradicionalmente ocupadas pelos Rikbaktsa. Parecia inviável reivindicar toda a terra para ser demarcada, assim os Rikbaktsa, depois de se reforçarem como etnia, vinham pedindo na justiça uma pequena parcela da região do Escondido, desde 1984, época em que não estava ainda tomada pela Cotriguaçu. (PACINI, 1999, p. 130).

Em 1991, os Rikbaktsa escrevem uma carta aos Moradores de Cotriguaçu (abaixo), expondo sua reivindicação. A comunicação causa revolta por parte dos responsáveis pela Colonizadora Cotriguaçu. O presidente da colonizadora, Senhor José Uchôa – residente em Cascavel/PR -, convoca uma reunião na qual a Irmã Elza Zotti, agente da Igreja Católica, é tratada com truculência. Após este encontro, a Irmã passa a receber ameaças de morte: “O prefeito de Cotriguaçu pintou de preto a parte dos mapas do Estado do Mato Grosso no calendário do município em que estava escrito “Área Indígena do Escondido” (PACINI, 1999, p. 130).

Figura 2 – Carta enviada pelos Rikbaktsa à população de Cotriguaçu-MT

Área indígena Rikbaktsa.  
Nós, da Comunidade Rikbaktsa  
estamos alertando aos Senhores  
que mora na Cidade do Impedimento  
e na Quatriguaçu ou nas proximidades  
das duas Cidades Nós como amigos.  
estamos avisando que nós temos uma  
área que está na justiça dentro  
da fazenda Quatriguaçu. nós estamos  
sabendo que tem uma firma que  
está loteando a fazenda Quatriguaçu.  
Então Senhores é bom saber que  
qual é esta área que está na justiça  
para depois não ser enganado por  
que nós ante de existir a fazenda  
Quatriguaçu nós já moramos ali.  
Então nós sabendo destas informações  
então aproveitamos escrevemos para  
Senhores e para que Senhores não ter  
a dúvida então juntamente com  
esta carta está também uma mapa  
da terra que está na justiça. Nesta  
mapa, os Senhores não tirai as suas  
dúvidas para mais tarde não ter  
reclamação contra nós. Nem nós  
contra aos Senhores desde agora o  
Povo indígena Rikbaktsa agradece  
Compreensão de todos muito  
Obrigado.

O conflito local com os munícipes de Cotriguaçu, descontentes com a reivindicação indígena pela reocupação do Escondido tem um caráter bem específico. Apesar do choque com os interesses da Colonizadora Cotriguaçu, de fato a região não

foi ocupada para fins habitacionais. O descontentamento em relação à demarcação da TI veio principalmente dos representantes da indústria madeireira instalada na região, como nos diz o Entrevistado n.º 10: “Maior sacanagem, pois foram vendidos terras aos fazendeiros e depois veio e foi imposto: aqui é parque indígena e acabou”. A área onde está localizada a TI Escondido é caracterizada por grandes latifúndios, muitas vezes sob posse de pessoas que não vivem em Cotriguaçu, e que fazem a extração de madeira por meio de manejo legalizado. Mais do que um sentimento de “perda” de terra, os donos de títulos sobrepostos à TI Escondido lamentavam suas perdas econômicas, uma vez que aquela área não poderia mais ser explorada por eles.

Juarez Paimy nos relatou a dificuldade dos Rikbaktsa em retornar para o Escondido. O caminho até a TI passava pelo núcleo urbano de Cotriguaçu. O medo de uma tocaia era permanente e a área, ameaçada pela extração ilegal de madeiras nobres, precisava ser permanentemente fiscalizada.

Em 1998, mesmo ano em que a TI Escondido foi homologada, Dokta, cuja mãe nascera em uma aldeia localizada onde é hoje a sede urbana de Cotriguaçu, decide se instalar na região, estabelecendo uma aldeia: “Os Rikbaktsa resolveram tomar posse do local na seca de 1998, criando uma aldeia sob a direção de Dukta e construindo ali uma casa de ritual, a moradia do bom espírito (*Unuwytša*)” (PACINI, 1999, p. 131).

O Escondido constituiu historicamente uma região de intensa habitação por parte dos Rikbaktsa e aparece com destaque nos depoimentos: “A maioria dos nossos velhos nasceram no Escondido. Lá, onde hoje fica Cotriguaçu, bem lá mesmo tinha uma aldeia antiga.” (Cacique Dokta – informação pessoal). A referência é também marcante em ARRUDA (1992): “Muitos dos sobreviventes da época do contato nasceram na região da TI Escondido, local onde apontam a existência de cemitérios e locais mitológicos”.

Mesmo após a homologação da TI Escondido em 1998, o fato de ainda hoje existir apenas uma aldeia nessa área de 168.938 hectares, causa injúria por parte da população do município de Cotriguaçu, como cita o Entrevistado n.º 25: “Existe uma aldeia e ela é tão pequena. Eles recebem muitos recursos, muita terra e vivem comprando até papel pra fumar. Até quando a secretaria manda merenda pra escola eles comem tudo de uma vez”.

Na visão dos munícipes, esta área, além de ilegítima – Entrevistado no. 14: “Sou contra a criação, tendo em vista que não havia população indígena aqui. Isso foi uma coisa criada em uma área que já tinha dono. As pessoas compraram e tem a posse e o registro dessas terras e o que o governo fez foi engessar o município e a economia.” -, é

“subutilizada” - Entrevistado no. 15: “Existe muita terra para, para os indígenas. Eles ganham terra, mas é para depois vender a madeira”.

Essa é uma noção bastante destoante da perspectiva indígena, os quais mantiveram a ocupação intermitente do local, rico em recursos importantes para a vida Rikbaktsa, entre os quais se destaca a ponta de flecha jurupará, que nomeia esta monografia. A ponta de flecha é o recurso sempre citado nos discursos dos Rikbaktsa ao se referir à região da TI Escondido: “No Escondido tem ponta de flecha, castanha, remédio do mato. Lá é nossa terra. Nossa terra era muito grande, hoje só ficamos com um pedaço” (Cacique Rafael, Aldeia Curva, Informação pessoal).

Num primeiro olhar superficial sobre Cotriguaçu foi possível identificar que a presença indígena no município é negada tanto em termos da legitimidade da ocupação, quanto em estruturação dos aparelhos públicos, não existindo o atendimento diferenciado na área de educação e saúde. Como nos relata o professor Juarez Paimy: “Naquela época era muito perigoso. Havia muita ameaça contra os índios. O pessoal daqui não entendia nosso lado. Até hoje tem muita gente que não aceitou a demarcação” (informação pessoal).

Trechos de entrevista realizada com moradores de Cotriguaçu nos dão pistas da visão dos munícipes sobre os Rikbaktsa. Por exemplo, o Entrevistado n.º 12 afirma ao ser indagado sobre a demarcação da TI Escondido: “Sei que existe a área, mas o tamanho não sei. Acho importante eles ter a terra deles, mas não tenho nenhuma informação sobre quais os benefícios que o município tem com eles morando lá”. O inconformismo local em relação à demarcação da terra indígena – vista como um prejuízo ao município é generalizado.

Alguns setores – em especial o setor da indústria de base florestal - se preparam para num futuro, que eles esperam não muito distante, poder estabelecer parcerias com os Rikbaktsa para a extração de madeira na terra indígena. Atualmente a TI Escondido enfrenta frequentes invasões com este mesmo fim, na sua porção norte e ainda hoje, correm na justiça processos que tentam invalidar o seu decreto de homologação.

PACINI (1999, p.71) afirma ainda que “Assim as Reservas servem mais para a sociedade brasileira saber dos seus limites no avanço colonizador, mas interfere, a longo prazo, no modo de relação dos grupos indígenas com seu território”.

Contrariando a visão do município, os Rikbaktsa apontam para o que parece se constituir como um plano de futuro para aquela área que, apesar de fragmentada geograficamente das demais terras Rikbaktsa do ponto de vista geográfico, permanece

conectada intensamente a todo o conjunto social desse povo, através dos laços e nós da cosmologia local. Para além de seu reconhecimento histórico e mitológico, a TI Escondido é também utilizada por eles como local para extração de castanha-do-brasil e extração de plantas e outros recursos como pontas de flechas<sup>4</sup>.

Depois de 40 anos do início da pacificação, alguns professores Rikbaktsa manifestaram uma postura crítica adquirida pelos relacionamentos mais recentes com a Funai sobre o período dos primeiros contatos pacíficos, diluído historicamente em suas memórias: "Vendo o acirramento das hostilidades e o descaso do SPI, a missão Anchieta tomou a seu cargo a tarefa de 'pacificar' os RIKBAKTSA. Só muito tempo depois viemos a saber que a missão fora financiada pelos próprios seringalistas." (Penuta, 1997). Na verdade sempre souberam que os missionários usavam os barcos dos seringalistas e recebiam outros auxílios para o seu trabalho, porém a consciência do que isso significava vem chegando de formas diferentes na compreensão de cada Rikbaktsa, e auxilia atualmente a caminhar com mais autonomia nas relações interétnicas (PACINI, 1999, p. 183).

Desse modo, o processo de territorialização Rikbaktsa se configura como uma resposta à externalidade, muito mais do que uma necessidade deste povo em definir fronteiras. Configura-se em uma estratégia diante do avanço da ocupação regional por grupos colonizadores, como aponta PACINI (1999, p.71):

A luta pela retomada da TI Japuira já nos anos 80 é um símbolo contraditório da realidade de um trabalho conjunto entre agentes externos e os Rikbaktsa, mas ainda marcada pela colonização ocidental pois a luta para demarcar as terras indígenas é uma exigência imposta de fora, uma vez que os Rikbaktsa conheciam as fronteiras do seu território que vinha sendo violado por todos os lados.

Por fim gostaria de destacar o que me parece ser um caminho para pensarmos a resiliência do ponto de vista dos Rikbaktsa. O mundo dos mitos, de acordo com ARRUDA (1992) demonstra uma tensão da ordem estabelecida, engendrada pelo descumprimento, seja por parte de humanos, ou de animais, de regras sociais. Esta tensão permanente, caracterizada pela instabilidade da ordem, impõe aos Rikbaktsa o encargo de, através de suas prescrições, dar manutenção e reinstaurar este sistema, em contínua transformação.

---

<sup>4</sup> O uso da biodiversidade da TI Escondido pelos Rikbaktsa é o tema da monografia desenvolvida por Ruth Silveira Albernaz e dialoga diretamente com este trabalho. Nesse sentido, este aspecto não será detalhado nesta monografia.

Os mitos indicam que a existência dos seres é sempre relacional e marcada pelo conflito. Os seres são gerados na desarmonia, no conflito, para superar o desajuste através de nova diferenciação, a qual estabelece um outro contexto de relações, alargado pelos novos entes que, "expulsos" do ser Rikbaktsa, se relacionam com ele do exterior. (ARRUDA, 1992, p. 260).

Se a violência do contato com a sociedade brasileira impõe aos Rikbaktsa a necessidade de reinventar a sua existência, mediante uma alteração brusca e repentina da ordem de relações internas e externas e da paisagem regional, é fato que, os Rikbaktsa se localizam neste novo contexto, a partir dos seus referenciais de existência.

Evidencia-se um movimento de crescente complexificação das formas de vida e das articulações que estruturam suas relações. Do mesmo modo que o social, estas relações se caracterizam pela complementariedade e antagonismo, ruptura e restauração em outro plano. Nesse sentido, o pensamento Rikbaktsa parece não se fechar ao novo nem absolutizar o existente, seja no quadro de suas relações internas, de cuja flexibilidade já vimos alguns exemplos, seja no quadro histórico, ampliado e tornado mais complexo pelo envolvimento da sociedade brasileira (ARRUDA, 1992, p. 260).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Aprender a viver das águas do rio Juruena  
Aprender a nadar nas águas do rio Juruena  
Aprender a ler à margem das águas do rio Juruena  
Aprender a beber das águas do rio Juruena  
Aprender a chorar ao som das águas do rio Juruena  
Aprender a cuidar dos peixes das águas do rio Juruena  
Aprender a contemplar os índios nas águas do rio Juruena.  
Aprender a fugir das cobras das águas do rio Juruena  
Aprender a voar nos barcos que passam nas águas do rio Juruena  
Aprender a sorrir das aves que pulam nas águas do rio Juruena  
Aprender a acordar nas manhãs das águas do rio Juruena  
Aprender a entoar um canto para as águas do rio Juruena  
Aprender a se purificar nas águas do rio Juruena  
Aprender a amar os raios que caem nas águas do rio Juruena.”*  
Julia Pascali

O Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira atuou com uma abordagem analítica voltada ao município de Cotriguaçu-MT como modelo representativo para compreensão do mosaico de diferentes formas de uso da terra que caracterizam a região. O trabalho desenvolvido junto aos Rikbaktsa representa a análise de um território indígena, como expressão de uma forma de ocupação de grande importância dentro da dinâmica territorial da Amazônia brasileira.

Ao longo do curso fomos observando a dificuldade de estabelecer os limites de análise do corpo social Rikbaktsa dentro do referencial teórico proposto, tendo em vista que o estabelecimento do vínculo entre o grupo pesquisador e os Rikbaktsa, condição avaliada por nós como chave para o desenvolvimento da pesquisa, demandava esforços de uma maior permanência no campo. Mesmo assim, o grupo pesquisador dedicado à análise da presença indígena em Cotriguaçu, dedicou-se a interagir com o roteiro metodológico proposto. Ao final, ressalta-se a dificuldade em estabelecer contornos claros para definir o que seria o “sistema Rikbaktsa”, mediante a negativa do nosso grupo de pesquisa em travar tal tarefa baseando-nos apenas em dados bibliográficos.

As particularidades do pensamento Rikbaktsa, que impulsionavam a necessidade de ampliar a esfera da investigação, colocaram-se para o grupo pesquisador como um desafio instigante. Um primeiro insight que tivemos foi em relação à diferença de concepção sobre territorialidade e de temporalidade dos Rikbaktsa em relação à dos demais ocupantes do município de Cotriguaçu. Na fala dos demais grupos sempre ficava marcada a referência à criação do município como ponto de partida da análise.

Mas de modo totalmente diferenciado, para os Rikbaktsa, falar da bacia do rio Juruena (relembrando que optamos por fazer uma análise que, apesar de ter foco na TI Escondido, considerava a integralidade do território Rikbaktsa em sua totalidade) era falar sobre um tempo imemorial e um espaço marcado fortemente pela ancestralidade. ARRUDA (1992) cita um elemento interessante em relação a isto:

Os Rikbaktsa não mencionam, além da referência mítica à festa da "cisão", nenhum local específico de onde teriam se originado, e parecem mesmo não ter ou não querer revelar nenhum mito propriamente de fundação/criação, nos moldes característicos da maior parte dos povos. (ARRUDA, 1992, p. 114).

Para os Rikbaktsa, o tempo e o espaço apresentam dimensões diferenciadas, não pautadas pela noção de linearidade, mas sim pela ciclicidade. Nesse sentido, o grupo de pesquisa teve que encarar a seguinte questão: como compreender o sistema de um povo que concebe a paisagem como um resultado da ação dos xamãs, e não como algo dado, a priori?

Em contraponto à cidade de Cotriguaçu e o processo recente de ocupação dessa região, o mundo Rikbaktsa dialoga com esferas de um tempo que é mítico e de um espaço que é ancestral, o que nos levou a uma análise de um sistema maior. Tanto o tempo mítico como o espaço ancestral são elementos negados na linearidade que compõe a construção histórica de Cotriguaçu para a qual antes do município o que havia era o “nada”. No entanto, são elementos fundamentais para entendermos como repensam sua ordem mítica e histórica no pós-contato:

Expressa num gênero narrativo que expulsa a temporalidade, a consciência Rikbaktsa incorpora, no entanto, os acontecimentos históricos no mito e os acontecimentos míticos na temporalidade, ao resistir e se posicionar frente às esmagadoras pressões da sociedade envolvente (ARRUDA, 1992, p. 263).

Foi a apreensão deste entendimento que estimulou o desenvolvimento de um trabalho que pudesse trazer à tona, elementos – também construídos nesta lógica linear – ao entendimento do processo de colonização de Cotriguaçu, tentando demonstrar o cenário dentro do qual se deu a liberação planejada desta área para a colonização, bem como a sua reivindicação pelos Rikbaktsa, aqui denominada territorialização, que marcou o processo de “confinamento territorial” dos Rikbaktsa.

Como vimos, a chegada de frentes seringueiras ao noroeste de Mato Grosso intensificou os contatos de grupos Rikbaktsa com a sociedade brasileira. Esse processo culminou na Guerra do Juruena, conflito entre indígenas e seringueiros pelo domínio territorial da região, que resultou em mortes para ambos os grupos. A intensificação do contato trouxe também epidemias, que somadas ao impacto dos conflitos, dizimaram 75% da sociedade Rikbaktsa. Por outro lado, os conflitos e epidemias foram utilizados como justificativas para a implementação do programa “pacificador” da missão jesuíta, programa este configurado pela estratégia de catequização.

Dentro do processo chamado de “pacificação”, se dá o deslocamento compulsório que confinou diversos grupos Rikbaktsa em uma única região, localizada na confluência do rio Juruena com o rio Juina-Mirim. O argumento oficial utilizado para justificar a transferência dos Rikbaktsa, realizada pela MIA entre as décadas de 1960 e 1970, era de que a concentração destes facilitaria o atendimento de saúde desenvolvido pela missão. No entanto, diversas pesquisas (ARRUDA, 1992; ÁTHILA, 2006; PACINI, 1999) demonstraram que o pano de fundo desta ação era, na verdade, a intenção de liberar territórios indígenas para a colonização por frentes brasileiras.

Não bastasse o deslocamento compulsório, a crianças órfãs eram transferidas pela MIA para um internato religioso, chamado Utiariti, onde estas viviam sob um programa de catequização que proibia coercivamente a prática dos costumes e a comunicação em língua Rikbaktsa.

Na década de 1970, a reorientação da atuação da missão jesuíta coloca fim ao Utiariti. As crianças retornam para as aldeias e retomam o convívio com os velhos. Nessa época também a Igreja Católica passa a desdobrar maiores esforços para o apoio à regularização fundiária dos territórios indígenas. Ainda, diversas tentativas isoladas de retomar a ocupação habitacional das áreas de Japuira e Escondido, são reprimidas violentamente por milícias instaladas em fazendas da região. Mesmo assim, a aproximação entre os anciões que permaneceram nos Postos de Atendimento da MIA e os jovens que retornaram do internato religioso impulsionou o processo de reivindicação pela demarcação destas áreas.

A regularização fundiária do Escondido sofreu forte resistência por parte da empresa que colonizou a área, a COTRIGUAÇU S/A e também dos imigrantes que passaram a habitar a região a partir da década de 1980. Apesar da região do Escondido não estar ocupada por núcleos habitacionais das frentes colonizadoras – no lugar disto, a área estava coberta por planos de manejo florestal madeireiro – a forte oposição à

demarcação pode ter sido gerada pelo fato da primeira proposta de limites, elaborada pelo Grupo de Trabalho da FUNAI, incluir o núcleo urbano de Cotriguaçu. Uma segunda proposta elaborada por este GT, discutido com os Rikbaktsa, excluiu esta parte dos limites propostos, buscando facilitar a regularização da área.

É importante reconhecer que esta monografia se trata de uma análise preliminar sobre o corpo social Rikbaktsa, tendo em vista todas as limitações impostas pelo contexto de desenvolvimento do trabalho de campo, acima citados. Consideramos que há muito que se avançar na compreensão do processo de territorialização Rikbaktsa estimulado pelo contexto da chegada de frentes colonizadoras na região.

Consideramos que um trabalho que imerja no pensamento Rikbaktsa, apreendendo a sua concepção sobre o território do Escondido, poderia trazer elementos muito mais ricos a esta análise. O espaço do curso de especialização permitiu apenas um contato inicial com os Rikbaktsa. Nesse sentido, apontamos o aprofundamento teórico tanto em relação ao histórico de demarcação desta terra indígena, quanto a respeito do que ela representa para os Rikbaktsa, como temas “bons para pensar”.

No entanto, consideramos positivo o fato de, a partir do Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos na Amazônia Brasileira, ter sido possível sistematizar algumas informações e relatos que podem somar com esforços de reconhecimento da ocupação Rikbaktsa em Cotriguaçu mediante um contexto em que a presença indígena no município é inteiramente negada, seja pelos munícipes, seja pelo poder público local.

O esforço de pensar a interação de paisagens, histórias, culturas; concebido dentro do curso de especialização, nos deixou como grande aprendizado, a presença de alguns moradores da TI Escondido na praça central de Cotriguaçu, durante o evento de encerramento do curso. Inácio, Raimundo, Rosaldo, Marcia e suas filhas puderam passear, comer pipoca e ver fotos do seu povo sendo exibidas num telão, em praça pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, R. S. V. 1992. *Os Rikbaktsa: Mudança e Tradição*. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2003 Rikbaktsa, os canoeiros do rio Juruena. In: *Margem* (PUC-SP). São Paulo: nº17, p. 99-102, junho.
- \_\_\_\_\_. 1984. A dinâmica do processo de reordenação sócio-cultural entre os Rikbaktsa. Projeto de doutorado. Arquivo OPAN B-CT/Rik.0/7.
- ÁTHILA, A. R. Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de sociabilidade entre os Rikbaktsa (macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. 2005. In: P. F. Vieira, F. Berkes e C. Seixas. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: APED & SECCO, p. 293-332.
- BERKES, F.; COLDING J., & FOLKE C. (eds.) 2006. *Navigating Social-Ecological Systems. Building Resilience for Complexity and Change*. Cambridge : Cambridge University Press. (Introdução geral à teoria dos sistemas sócio-ecológicos complexos, traduzida e revisada, abordada no curso de 2009).
- BERKES, F., & COLDING, J., & FOLKE, C. 2000. Rediscovery of traditional ecological knowledge as Adaptive Management. In: *Ecological Applications*.
- BERKES, F., & FOLKE. C. 1998. *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*. Cambridge University Press, Cambridge.
- BUSCHBACHER, B.; S. F. ATHAYDE; & BARTELS, W. (orgs.). 2010. Entendendo a Fronteira Amazônica como um Sistema Sócio-Ecológico Complexo. E-book, em preparação. (Documento que contém o referencial teórico- teórico-metodológico do curso, e descreve a experiência do Curso de campo realizado em Alta Floresta em 2009).
- BUNNEL, P. Panarchy. 2002. Disponível em: <http://www.resalliance.org/593.php>. Acesso em 01 de junho de 2012.
- DORNSTAUDER, J. 1975. Como pacifiquei os Rikbaktsa. *Pesquisas (História)*, 17, pp. 1-192. São Leopoldo: s.n.
- BODGAN, R.C.; BIKLEN, S.K. 1991. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, p. 337.

- FREIRE, P. 1989. Educação como prática da liberdade. 19ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. 1996. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- GEERTZ, C. 1989. A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- GUNDERSON, L.H. & HOLLING, C.S. 2002. (eds). Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems. Island Press, Washington DC.
- HOLANDA, A. P. 1994. O pensamento mítico do Rikbaktsa. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, (Pesquisas, Antropologia, 50).
- LOEBENS, B. 1985. Relatório da Missão Anchieta. Arquivo OPAN, B-CT/Rik.2/27.
- LUHMANN, N. 1997. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- MACEDO, R.S. 2006. Etnopesquisa Crítica, etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Editora. P. 176.
- MIA, 1957. Os CANOEIROS. OPAN B-CT/RIK.0/1(mimeo).
- \_\_\_\_\_, 1975. Relatório da Missão Anchieta. Arquivo OPAN B-CT/Rik.2/27.
- OLIVEIRA, J. P. 1998. Uma Antropologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana 4(1): 47-77.
- PACINI, A. 1999. Pacificar: Relações Interétnicas e Territorialização dos Rikbaktsa. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PASCALI, J. 2009. À espera dos Rikbaktsa. São Paulo: Revista digital Via Política, ([http://www.viapolitica.com.br/outro\\_olhar\\_ed\\_140.php](http://www.viapolitica.com.br/outro_olhar_ed_140.php), acessado em 05 de setembro de 2012).
- POSEY, D. A. 1987. Etnobiologia: teoria e prática. Suma etnobiológica Brasileira. Petrópolis, v. 1. (Etnobiologia).
- SANTOS, G. M. Diagnóstico Sociambiental das terras indígenas do noroeste de Mato Grosso. Cuiabá: GERA/ICHS/UFMT, 2004.
- SAHLINS, M. O pessimismo sentimental - Parte I, in Mana 3 (1), Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SAHLINS, M. O pessimismo sentimental - Parte II, in Mana 3 (2), Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SCHMIDT, E. & OLIVEIRA, A. 1971. Relatório sobre as atividades da Missão Anchieta entre os índios Rikbaktsa - janeiro a julho de 1971. Arquivo OPAN B-CT/RIK.0/9.

THIOLLENT, M.J.M. 1998. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez. Capítulo 1, pgs 15-47.

VIERTLER, R.B. 2002. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia, in: AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C.; SILVA, S.M.P. (editores). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro, SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas. UNESP/CNPq, 204p.

VIVEIROS DE CASTRO, A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

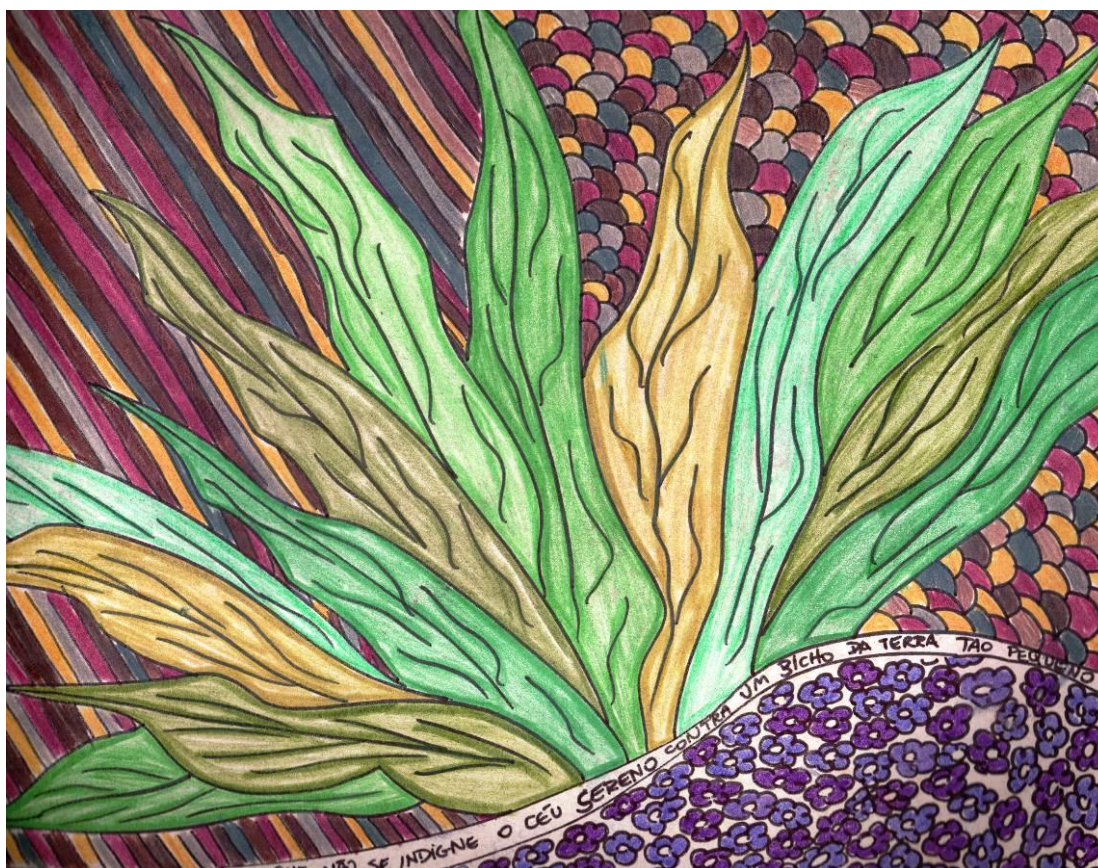
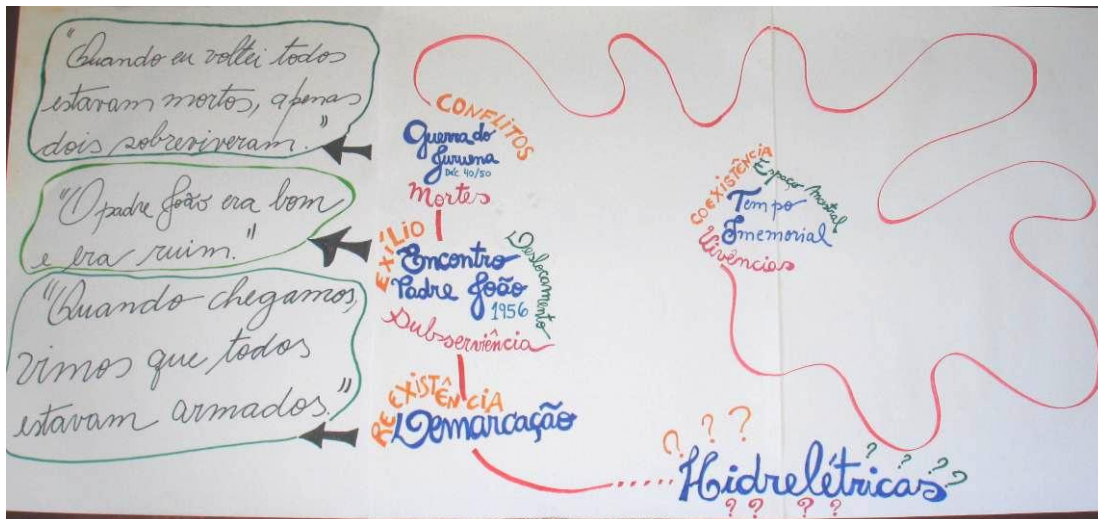
## ANEXOS

Fotos do primeiro encontro do grupo pesquisador com os Rikbaktsa, em Juína-MT






**Materiais produzidos pelo grupo pesquisador durante o curso de especialização**




Banner exposto em Cotriguaçu-MT, em julho de 2012, durante o quarto módulo da especialização; apresentando os dados da monografia.



**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: GESTÃO COLABORATIVA DE SISTEMAS SÓCIO-ECOLÓGICOS COMPLEXOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO & UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA



**UF FLORIDA**  
UNIVERSITY of FLORIDA


## Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa

# Terra de flechas e sentidos


Juliana de Almeida (autora), Adriano Castorino (co-autor), Juarez Paimy (co-autor), Ruth Albermaz (co-autora), Rosane Seluchinesk (orientadora), Rinaldo Arruda (co-orientador), Simone Athayde (co-orientadora)

**Os Rikbaktsa, ocupantes imemoriais do Vale do Rio Juruena, enfrentaram nos últimos 50 anos o desafio de reinventar a sua própria existência mediante um contexto de conflitos, epidemias, decréscimos populacionais, perdas territoriais e alteração acelerada da paisagem regional.**

**“Não é a terra que nos pertence, somos nós que pertencemos à terra.”**




**“Quando eu voltei, estavam todos mortos. Apenas dois sobreviveram.”**



**Díáspora forçada**  
**Exílio no Posto Indígena e Internato Utariiti**  
**Perda de soberania territorial**  
**Transferência compulsória para o Posto Barranco Vermelho**  
**Crianças e jovens levadas para o internato religioso**



**Infração civilizada: Pacificar era solução (?)**  
**Decréscimo populacional**  
**Conflitos, ataques e epidemias**  
**Restrições sob o modo de vida rikbaktsa**  
“A dificuldade consiste em não poder o seringueiro educar o índio. Que fazer? E é preciso extrair a borracha, pois a civilização precisa da borracha!... O padre apresenta-se então para pacificar a tribo.”  
Documento da MIA, sem autoria (1957).  
“O Pe João era bom e era ruim”. Cacique Rafael



**Re-existência**  
**Retorno para o território**  
**Demarcação de áreas de ocupação**  
**Garantia parcial da soberania territorial**  
“A maioria dos nossos velhos nasceram no Escondido” Cacique Dokta  
“Nós povos Rikbaktsa, já existíamos a muito tempo.” Cacique Rafael  
“Lá, onde hoje fica Cotriguaçu, bem lá mesmo tinha uma aldeia antiga.” Cacique Dokta  
“Foram os padres que nos tiraram de lá”. Getrudes Rikbaktsa

**Choque entre modelos**  
**Conflito com as frentes de colonização que ocuparam a região**  
**Diferentes modos de ocupação e uso da terra**  
“Naquela época era muito perigoso. Havia muita ameaça contra os índios. O pessoal de daqui não entendia nosso lado. Até hoje tem muita gente que não aceitou a demarcação.” Juarez Paimy  
“No Escondido tem ponta de flecha, castanha, remédio do mato. Lá é nossa terra. Nossa terra era muito grande, hoje só ficamos com um pedaço.” Cacique Rafael

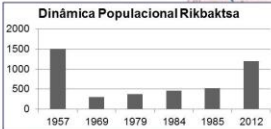
**“O que chamou-se de “pacificação” foi, na verdade, um fenômeno complexo que perdurou por muitas expedições, dons, trocas, cuidados, epidemias e mortes. Interesses diversos estavam envolvidos nas tentativas de conciliação. Desde a intervenção missionária em conflitos que ficavam mais sérios a cada dia, a salvação de “corpos” na intenção e promessa da conquista de “almas”, à paz necessária, porém oportuna, para a invasão definitiva de terras e sua livre exploração.” Adriana Áthila (2006)**

“Os índios Erikbatsa, contatados no PI Escondido e transferidos para a Reserva Erikbatsa, estão cada vez mais deixando a citada reserva e voltando à região do Escondido.” (pe Edgar Shimidt, 1971).

**“A NOSSA VIDA É ESSA LUTA QUE VOCÊS ESTÃO VENDO AÍ”**  
Juarez Paimy

**Dinâmica Populacional Rikbaktsa**



Ano	População
1957	~1800
1969	~200
1979	~300
1984	~400
1985	~400
2012	~1200

▲ Aldeias localizadas pelo Pe João Donstauder  
— Área de ocupação Rikbaktsa

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Mato Grosso - FAPEMAT